AMARANTE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA NÚMERO 6**

**Sessão Ordinária de 24 de junho de 2026**

---------Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ordem do dia: ----------

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento; ----------
2. **Estratégia Municipal de Educação Ambiental do Município de Amarante** – (Registo n.º 3862/2026/05/12); ----------
3. **Permuta de terreno na Freguesia de Vila Caiz** – (Registo n.º 10746/2026/05/14);----------
4. **Contratos de cooperação com Juntas de Freguesia Figueiró (Santiago e Santa Cristina) e Gouveia (São Simão) | 2026** – (Registo n.º 3112/2026/04/15); ----------
5. **Nomeação de auditor externo responsável pela certificação das contas do Município de Amarante, para os anos de 2026, 2027 e 2028** – (Registo n.º 4191/2026/02/25); ----------
6. **Apreciação do parecer jurídico da CCDR-N, relativo à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no período de antes da ordem do dia, referente ao n.º 2 do artigo 26.º do regimento da Assembleia Municipal** – Proposta subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista – (Registo n.º 13434/2026/06/16);----------
7. **Alteração ao Mapa de Pessoal para previsão de um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Serviço Social** – (Registo n.º 4935/2026/06/18);
8. **Plano de Urbanização da Cidade de Amarante** – Planta de Qualificação Funcional – (Registo n.º 3327/2026/04/23) - Para conhecimento. ----------

-------- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como primeiro secretário, e Alberto Joaquim Alves Ribeiro, como segundo secretário, em substituição de Cláudia Daniela Mota Silva.----------

---------Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros:----------

---------Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Fernando Fernandes de Sampaio, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Filipe Emanuel de Sousa Macedo, Sara Luísa Magalhães Maia, Vítor Manuel Briga Rei, Daniel António Teixeira Pinheiro (em substituição de Ana Isabel Pereira Ferreira), Miguel Ângelo Teixeira Coelho (em substituição de Fábio da Silva Vasques Pacheco), Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos, João Manuel Alves Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sandra Castro Fraga, Lino Manuel da Silva Ferreira (em substituição de Cláudia Daniela Mota Silva), Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Carlos Alberto Freitas Miranda, Tiago André da Silva Rodrigues, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Cláudia Sofia Pereira Monterroso, Scheila Ribeiro Cavallaro, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho (em substituição de Miguel André Carvalho Varejão), Alberto Joaquim Alves Ribeiro, Lúcia Filipa Teixeira Brás e Maria Martins Silva (em substituição de José Mário de Miranda Pinto).

---------Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – Carlos Manuel Gonçalves Carvalho; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – André Moura Macedo; Fridão – Nuno Alexandrino Andrade Marinho; Gondar – Álvaro Oliveira Pereira; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Luís Ribeiro Silva; Rebordelo – Sandra Patrícia Nogueira Costa; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Pinto Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Silva Coelho; Vila Meã – Henrique Manuel Ribeiro de Sousa; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Lúcia Sofia Teixeira Ribeiro; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Carlos Gonçalo Teixeira Pereira; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Jorge Manuel da Silva Gomes; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – António Samuel Silva Cardoso; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Hélder Joaquim Pires Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Francisco José da Costa Gomes Leite; e União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – Manuel Rodrigo Coelho da Silveira. ----------

---------Faltou, por motivo justificado, o Senhor deputado Raimundo de Magalhães Carvalho. ----------

---------Pediram a substituição ou justificaram a respetiva falta, os/as Senhores/as deputados/as: Ana Isabel Pereira Ferreira (substituída por Daniel António Teixeira

Pinheiro), Fábio da Silva Vasques Pacheco (substituído por Miguel Ângelo Teixeira Coelho), Cláudia Daniela Mota Silva (substituída por Lino Manuel da Silva Ferreira), Miguel André Carvalho Varejão (substituído por Ana Margarida Fernandes Carvalho), José Mário de Miranda Pinto (substituído por Maria Martins Silva). ----------

---------A Câmara Municipal fez-se representar pelo Senhor Presidente Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, e pelos/as Senhores/as vereadores/as: Mónica Marisa Nogueira Ribeiro da Cunha (em substituição de Américo Paulo da Silva Ribeiro), Eugénia Fernanda Moreira Teixeira, Ricardo Daniel Pinto Soares Vieira, Anabela Carvalho Borges de Sousa Lopes, Fernando José de Moura e Silva e Lino Manuel dos Santos Macedo. ----------

---------Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. --

---------De imediato, procedeu-se ao ato de tomada de posse dos Senhores Deputados Lino Manuel da Silva Ferreira, Ana Margarida Fernandes Carvalho e Maria Martins Silva. ----------

----------**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a dispensa da leitura em voz alta da ata n.º 5, de 29 de abril de 2026, tendo uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática, tendo-se procedido à sua apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à votação da ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Não participaram na votação desta ata, por terem estado ausentes da respetiva sessão, os/as Senhores/as membros: Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos, Miguel Ângelo Teixeira Coelho, Lino Manuel da Silva Ferreira, Ana Margarida Fernandes Carvalho e Maria Martins Silva. ----------

---------Seguidamente, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 19.º do Regimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de um Voto de Louvor conjunto ao Amarante Futebol Clube, com o seguinte teor: --

---------"Proposta de Voto de Louvor conjunto ao Amarante Futebol Clube ----------

---------A histórica subida do Amarante Futebol Clube à Liga Portugal 2 constitui um dos momentos mais marcantes da história recente do desporto amarantino e um acontecimento que extravasa largamente a dimensão competitiva que lhe está subjacente. ----------

---------Trata-se de uma conquista inédita na história do Clube, alcançada após décadas de dedicação, trabalho, perseverança e ambição de sucessivas gerações de

dirigentes, atletas, treinadores, colaboradores, sócios e adeptos que, ao longo dos anos, foram construindo uma instituição centenária que hoje ocupa um lugar de destaque entre os maiores símbolos do concelho de Amarante. ----------

---------O Amarante Futebol Clube é muito mais do que uma coletividade desportiva. É uma instituição profundamente enraizada na identidade da nossa terra, parte integrante da memória coletiva de gerações de amarantinos e um espaço privilegiado de formação humana, desportiva e cívica. Ao longo da sua história, soube afirmar valores como o esforço, a disciplina, a dedicação e o espírito de comunidade, contribuindo de forma relevante para a coesão social e para a afirmação de um forte sentimento de pertença entre amarantinos. ----------

---------A extraordinária mobilização popular que acompanhou esta conquista demonstrou, de forma particularmente expressiva, a força do bairrismo amarantino e o orgulho que a população sente pelas suas instituições. As manifestações espontâneas de alegria que se viveram nas ruas, nas praças e nos espaços de convívio do concelho evidenciaram que esta subida não pertence apenas ao Clube, mas a toda uma comunidade que se revê na sua história, nos seus valores e nas suas conquistas. ----------

---------Existem vitórias que ficam registadas nas estatísticas desportivas e existem conquistas que ultrapassam o seu tempo para se transformarem em património emocional de uma comunidade. A subida do Amarante Futebol Clube à Liga Portugal 2 inscreve-se claramente nesta segunda categoria. É um momento que ficará para sempre associado à história contemporânea de Amarante e que passará a integrar a memória coletiva dos amarantinos como um dos mais relevantes feitos alcançados em representação do nosso concelho. ----------

---------Importa igualmente reconhecer a relevância estratégica desta conquista para a projeção externa de Amarante. A presença do Amarante Futebol Clube num dos mais importantes patamares do futebol profissional português contribuirá para reforçar a notoriedade da cidade e do concelho, aumentando a sua visibilidade mediática e promovendo o nome de Amarante junto de novos públicos em todo o território nacional. Num tempo em que a afirmação dos territórios depende cada vez mais da sua capacidade de se distinguirem projetarem para além das suas fronteiras, este feito constitui um importante fator de valorização da imagem e da identidade do concelho. ----------

---------Esta conquista representa também uma mensagem de confiança para as novas gerações, demonstrando que o trabalho, a persistência e a capacidade de acreditar em objetivos ambiciosos podem transformar sonhos em realidade. O

sucesso do Amarante Futebol Clube honra o seu passado, engrandece o seu presente e abre novas perspetivas para o futuro, constituindo um exemplo inspirador para toda a comunidade. ----------

---------Importa ainda assinalar que o Município de Amarante prestou, no passado dia 19 de maio, uma merecida homenagem ao Amarante Futebol Clube pela conquista do título de Campeão da Liga 3 e pela histórica subida à Liga Portugal 2, reconhecendo a excecional relevância deste feito para o desporto amarantino e para a projeção do concelho. Nesse mesmo espírito de reconhecimento institucional e de valorização de uma conquista que honra a história do Clube e engrandece o nome de Amarante, entende-se que cumpre também à Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo de todos os amarantinos, associar-se a este momento histórico, expressando o orgulho, a gratidão e o reconhecimento da comunidade pelo extraordinário percurso alcançado. ----------

---------Assim, a Assembleia Municipal de Amarante delibera na sua sessão ordinária de 24 de junho de 2026: ----------

---------1. Aprovar um Voto de Louvor pela histórica e inédita subida à Liga Portugal 2, felicitando todos aqueles que contribuíram para esta memorável conquista- direção, equipa técnica, atletas, colaboradores, sócios, patrocinadores e adeptos - e reconhecendo o relevante contributo do Clube para a afirmação, valorização e projeção do nome de Amarante. ----------

---------2. Que o presente Voto de Louvor seja enviado à Direção do Amarante Futebol Clube, como expressão do orgulho, reconhecimento e gratidão de toda a comunidade amarantina. ----------

---------Amarante, 24 de junho de 2026 ----------

---------Os Grupos Municipais e Eleitos Locais: ----------

---------Filipe Macedo, Pelo Grupo Municipal do CDS-PP,----------

---------Vítor Briga Rei, Pelo Grupo Municipal do PSD, ----------

---------Fernando Sampaio, Pelo Grupo Municipal do PS, ----------

---------João Pinheiro, Pelo Grupo Municipal do CHEGA, ----------

---------Carlos Carvalho, O Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães "Juntos por Ansiães" ----------

---------O Voto de Louvor foi submetido à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

---------De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 19.º do Regimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa

de uma recomendação subscrita pelo grupo municipal do CDS-PP, do Chega, do PSD, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, eleito pelo movimento independente "Juntos por Ansiães" com o seguinte teor: ----------

---------"Celebração do 25 de Novembro na Consolidação da Liberdade e da Democracia Portuguesa ----------

---------Os Grupos Municipais do CDS-PP, do Chega, do PSD, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, eleito pelo movimento independente "Juntos por Ansiães", na Assembleia Municipal de Amarante entendem que a preservação da memória histórica e a valorização dos momentos determinantes da construção da democracia portuguesa constituem um dever das instituições públicas e um compromisso permanente para com as gerações futuras. ----------

---------Portugal viveu, ao longo do século XX, períodos de profunda instabilidade política e social, culminando no golpe militar em 25 de Abril de 1974. Abril abriu caminho ao fim do regime anterior e à instauração da liberdade política, representando um marco incontornável da História contemporânea portuguesa. ---

---------Todavia, importa igualmente reconhecer que o processo revolucionário vivido entre 1974 e 1975 colocou em risco a consolidação de uma democracia pluralista, representativa e assente no respeito pelas liberdades individuais, pela propriedade privada, pela iniciativa económica e pelo Estado de Direito democrático.

---------Foi precisamente no dia 25 de Novembro de 1975 que Portugal reafirmou a sua vocação democrática e europeia, rejeitando soluções revolucionárias e totalitárias que ameaçavam a liberdade recém-conquistada. A ação então desenvolvida permitiu estabilizar o regime democrático, garantir a realização de eleições livres, assegurar a separação de poderes e consolidar os valores fundamentais inscritos na Constituição da República Portuguesa. ----------

---------Para os proponentes, o 25 de Novembro representa um momento decisivo da História nacional, na medida em que assegurou a existência de uma democracia plural, moderada e assente na liberdade política, económica e social. Sem o 25 de Novembro, dificilmente Portugal teria seguido o caminho da integração europeia, da consolidação institucional e da estabilidade democrática que hoje conhecemos.-----

---------Reconhecendo o significado histórico desta data, a Assembleia da República, sob maioria parlamentar e governativa PSD/CDS-PP, aprovou a valorização institucional das comemorações do 25 de Novembro, assumindo esta efeméride como um dos acontecimentos mais relevantes da nossa História moderna. ----------

---------Também em Amarante, cidade de fortes tradições democráticas e de participação cívica, importa promover uma visão equilibrada e abrangente da História

contemporânea portuguesa, celebrando não apenas o 25 de Abril, já devidamente assinalado no nosso concelho, mas igualmente o 25 de Novembro, enquanto data fundamental para a consolidação da liberdade e da democracia pluralista em Portugal. ----------

---------A evocação institucional desta data constituirá um contributo importante para a valorização da memória histórica, para o aprofundamento da cidadania e para a promoção do debate democrático junto das novas gerações. ----------

---------Assim, a Assembleia Municipal de Amarante recomenda ao Executivo Municipal: ----------

---------1. Que passe a promover, a partir do próximo dia 25 de Novembro e anos subsequentes, a celebração institucional da efeméride do 25 de Novembro de 1975, reconhecendo o seu papel determinante na consolidação da democracia portuguesa;

---------2. Que estas comemorações integrem iniciativas de carácter institucional, cultural e pedagógico, designadamente conferências, debates, exposições ou sessões evocativas, envolvendo escolas, associações e a comunidade local; ----------

---------3. Que o Município de Amarante assinale esta data com a dignidade e relevância compatíveis com um dos acontecimentos mais importantes da História contemporânea portuguesa; ----------

---------4. Que seja promovida uma abordagem histórica plural, rigorosa e pedagógica, valorizando o papel do 25 de Novembro na afirmação das liberdades democráticas, do Estado de Direito e da estabilidade institucional em Portugal. -----

---------Conclusão: ----------

---------A democracia portuguesa construiu-se em diferentes momentos históricos que importa recordar com verdade, equilíbrio e sentido institucional. Se o 25 de Abril abriu as portas da liberdade, o 25 de Novembro consolidou a democracia pluralista e garantiu que Portugal pudesse afirmar-se como um Estado de Direito democrático, livre e europeu. Celebrar o 25 de Novembro não significa dividir a memória coletiva, mas antes completar a narrativa histórica da nossa democracia, reconhecendo todos aqueles que contribuíram para que Portugal teria condições para seguir um caminho de liberdade, moderação e pluralismo. Amarante, enquanto terra de liberdade, cidadania e participação democrática, deve igualmente associar-se a esta evocação histórica, honrando uma data maior da democracia portuguesa. ----------

---------Amarante, 24 de junho de 2026 ----------

---------Os Grupos Municipais do CDS-PP, do Chega, do PSD e o Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães" ----------

-------- **O Senhor deputado Filipe Macedo, do Grupo Político Municipal do CDS** proferiu a seguinte intervenção: ----------

---------"Subo a esta tribuna para defender uma proposta que não divide, mas sim que completa a nossa memória coletiva. ----------

---------Falamos do compromisso inequívoco de Amarante com a verdade histórica e com a consolidação da nossa democracia. ----------

---------Se o 25 de Abril de 1974 abriu, de forma extraordinária, as portas da liberdade, foi o 25 de Novembro de 1975 que garantiu que essas portas nunca mais se fechassem a pretexto de derivas totalitárias. Sem o 25 de Novembro, o pluralismo, o Estado de Direito e o nosso destino europeu teriam sido seriamente ameaçados. -

---------Por isso, congratulo os Grupos Municipais do CDS, do Chega, do PSD e o movimento "Juntos por Ansiães" por esta subscrição conjunta. Demonstra uma maturidade exemplar. ----------

---------Registo, com uma ponta de lamento - mas com total elevação -, que o Partido Socialista tenha optado por ficar de fora desta assinatura. Sendo a única força de esquerda aqui representada, seria um sinal fortíssimo termos este documento subscrito por todos. Mas estamos certos de que, no momento do voto, a defesa da liberdade falará mais alto do que qualquer hesitação política. ----------

---------Senhores Deputados, esta proposta recomenda que o Município passe a celebrar institucionalmente o 25 de Novembro através de conferências, debates e atos pedagógicos. ----------

---------E sejamos claros: esta efeméride deve ser celebrada no nosso concelho com, no mínimo, os mesmos moldes, a mesma dignidade e a mesma relevância institucional que hoje já dedicamos ao 25 de Abril. Ambas as datas são duas faces da mesma moeda democrática. ----------

---------Apelo, por isso, ao voto favorável de todos os quadrantes. Pela nossa História, pela igual dignidade das nossas datas fundacionais e pelo futuro da nossa democracia pluralista. ----------

---------Muito obrigado." ----------

---------**O Senhor deputado Vítor Rei, do Grupo Municipal do PSD** referiu que a recomendação também era subscrita pelo PSD e afirmou que a bancada social-democrata se encontrava plenamente à vontade relativamente à matéria em discussão, manifestando o seu apoio à comemoração do 25 de Novembro. No decurso da sua intervenção, evocou as seguintes palavras proferidas por Mário Soares: "O 25 de Novembro foi obviamente um ponto de viragem que marcou o fim da desfilada em que estávamos a correr para o abismo. Foi um recomeço, um regresso à pureza

inicial do 25 de Abril, um rasgar de novos horizontes de Esperança, com a consolidação da democracia pluralista num ambiente político de convivência cívica, de alguma paz social e de Concórdia nacional." Concluiu, apelando à bancada do Partido Socialista para que se associasse à iniciativa, salientando que o PSD votaria favoravelmente a recomendação, manifestando a expectativa de que o Partido Socialista acompanhasse esse sentido de voto. ----------

---------Submetida à votação, a recomendação foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor, dos grupos municipais do CDS-PP, do Chega, do PSD e do grupo de cidadãos eleitores "Juntos por Ansiães", e 18 abstenções dos membros do PS. Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

---------"Declaração de voto ----------

---------Na qualidade de Líder da Bancada Municipal do CDS-PP, e em nome de todos os eleitos desta bancada, apresento a presente declaração de voto para registar em ata as convicções profundas da direita democrática, conservadora e de matriz personalista que nortearam a iniciativa hoje apreciada. Fazemo-lo com o orgulho de quem assume a paternidade política desta proposta, salvaguardando a perspetiva de quem recusa ver a história da nossa democracia contada apenas pela metade ou refém de hegemonias narrativas. ----------

---------O voto favorável da bancada do CDS-PP celebra o 25 de Novembro de 1975 como o momento axial em que Portugal garantiu a sua sobrevivência como democracia pluralista, representativa e genuinamente europeia. Se o 25 de Abril de 1974 foi o sopro inicial da liberdade que derrubou a ditadura, o 25 de Novembro foi o pilar insubstituível que susteve a estabilidade e fundou a ordem constitucional. Foi o dia em que o País, inspirado pela coragem dos democratas, rejeitou derivas totalitárias, o PREC e caminhos de exceção de matriz comunista, optando firmemente pelo império da lei, pelo respeito sagrado pelas liberdades individuais, pela propriedade privada e pelo voto soberano dos cidadãos. ----------

---------Para o CDS-PP, partido fundador do regime e guardião histórico das liberdades em Portugal, a aprovação desta proposta representa uma vitória moral e política inquestionável. É com natural perplexidade que vemos que uma efeméride desta relevância institucional não tenha merecido a subscrição de todas as forças partidárias que se reclamam democráticas nesta Assembleia. À verdadeira maturidade exige a superação de complexos ideológicos e táticas conjunturais de esquerda; a recusa em assumir plenamente a importância histórica deste dia revela um receio incompreensível de olhar o passado com a clareza, a verdade e a audácia

que os novos tempos exigem. ----------

---------Contudo, mais do que fixar o olhar no passado, esta proposta do CDS-PP projeta-se no futuro de Amarante. Ao institucionalizarmos estas comemorações no nosso concelho, estamos a deixar um legado pedagógico inestimável para as novas gerações. O porvir da nossa comunidade depende de jovens que compreendam que a liberdade, a iniciativa privada e a moderação política não são conquistas garantidas, mas sim valores valiosos e frágeis que exigem um compromisso permanente com o Estado de Direito e com o pluralismo. ----------

---------Celebrar o 25 de Novembro em Amarante, por proposta e dinamização da bancada do CDS-PP, é por isso, um ato de estrita justiça histórica, mas sobretudo um investimento na cidadania de amanhã. É a afirmação convicta de que o futuro de Portugal e de Amarante se continuará a escrever sob o signo da tolerância, da estabilidade institucional, da propriedade e da liberdade plena. ----------

---------Amarante, 24 de junho de 2026 ----------

---------A Bancada Municipal do CDS-PP ----------

----------*O Líder da Bancada*----------

----------*Filipe Macedo*" ----------

---------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu também conhecimento da comunicação apresentada pelo Senhor Deputado Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos relativa ao Pedido de Suspensão de Mandato, com o seguinte teor: ----

---------"Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos, membro da Assembleia Municipal de Amarante, eleito pela Coligação Afirmar Amarante, nas listas do PSD, vem, nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal de Amarante e demais disposições legais aplicáveis, requerer a V. Ex.ª a suspensão do respetivo mandato pelo período de um ano, produzindo os seus efeitos após a presente sessão da Assembleia Municipal. ----------

---------O presente pedido fundamenta-se em razões de natureza ética, institucional e jurídica decorrentes do exercício de funções dirigentes no Município de Amarante, em regime de substituição, circunstância relativamente à qual existe entendimento expresso da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) quanto à eventual incompatibilidade entre o exercício dessas funções e a manutenção do mandato de membro da Assembleia Municipal. ----------

---------Entende o requerente que, perante tal enquadramento, deve prevalecer o princípio da salvaguarda da transparência, da independência institucional e da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, evitando qualquer situação

suscetível de gerar dúvidas quanto à separação e ao exercício das respetivas funções públicas. ----------

---------Assim, requer a V. Ex.ª que o presente pedido seja submetido à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos regimentais aplicáveis, produzindo os efeitos legalmente previstos. ----------

---------Mais declara que, findo o período de suspensão ora requerido, procederá à reavaliação das circunstâncias que lhe deram origem, tomando então a decisão que melhor salvaguarde o interesse público, o respeito pelas instituições e o cumprimento do quadro legal aplicável.----------

---------Pede deferimento. ----------

---------Amarante, 24 de junho de 2026 ----------

---------- O Requerente, ----------

---------- *Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos* ----------

---------- Deputado Municipal" ----------

---------**O Senhor Deputado Paulo Vasconcelos, do Grupo Municipal do PSD** proferiu a seguinte intervenção: ----------

---------"Senhor Presidente, nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal e do Estatuto dos Eleitos Locais, entreguei à Mesa o meu pedido de suspensão de mandato pelo período de um ano.----------

---------Uso hoje da palavra para comunicar esta decisão, tomada de forma ponderada e responsável, por razões de natureza ética, institucional e jurídica decorrentes das funções dirigentes que atualmente desempenho no Município de Amarante, em regime de substituição. Embora a matéria suscite diferentes interpretações, o parecer da CCDR-N aponta para a existência de uma situação de incompatibilidade entre o exercício dessas funções e a continuidade do mandato neste órgão deliberativo. ----------

---------Perante esta circunstância, entendi colocar os princípios da transparência, da independência institucional e da confiança dos cidadãos nas instituições acima de qualquer interesse pessoal ou político. A vida pública exige não apenas o cumprimento da lei, mas também a observância dos valores que legitimam o exercício das funções públicas.----------

---------Quero agradecer ao candidato à Assembleia Municipal pela Coligação Afirmar Amarante, agora, presidente desta Assembleia, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, a confiança que depositou em mim ao convidar-me para integrar este projeto político. Obrigado pela confiança, pela amizade e pelos ensinamentos destes anos. A política

proporciona muitas experiências, mas poucas tão valiosas como a oportunidade de partilhar um percurso com pessoas que admiramos e respeitamos. ----------

---------Agradeço igualmente a todos os colegas que partilharam esta caminhada de dedicação, amizade e serviço à nossa terra. ----------

---------Uma palavra muito especial para o amigo António Ferreira Soares Araújo. O seu empenho, a sua capacidade de mobilização e a sua permanente disponibilidade foram determinantes para este projeto coletivo. Trabalhar contigo foi um privilégio e uma aprendizagem. ----------

---------Ao longo destes 12 anos mais 1, aprendi que a política local é, acima de tudo, uma escola de cidadania. Ensina-nos a ouvir, a compreender, a discordar com respeito e a procurar soluções para os problemas concretos das pessoas. Aprendi também que os cargos são transitórios, mas as instituições permanecem; e que aquilo que verdadeiramente fica é a forma como exercemos as responsabilidades que nos são confiadas. ----------

---------Foi uma honra e um desafio integrar esta Assembleia Municipal. Nem sempre acertei — porque quem faz também erra — mas procurei nunca falhar no essencial: o respeito pelas pessoas, pelas instituições e pela palavra dada. ----------

---------Confesso que saio com a satisfação serena de quem deixou tudo em campo. Usando uma linguagem futebolística, talvez não tenha marcado todos os golos que gostava, talvez tenha falhado alguns passes e até sofrido alguns cartões da crítica política, mas nunca deixei de correr atrás da bola nem de vestir a camisola de Amarante com orgulho. ----------

---------Quero igualmente agradecer a todos os membros desta Assembleia Municipal, independentemente das suas opções políticas. Em democracia, a diferença não é uma ameaça; é uma riqueza. Muitas das melhores decisões nascem precisamente da capacidade de escutar quem pensa de forma diferente. ----------

---------Dirijo também uma palavra de reconhecimento aos Senhores Presidentes de Junta e aos membros dos Executivos de Freguesia. Conheço bem a exigência dessas funções e sei que representam, diariamente, a face mais próxima da democracia junto das populações. ----------

---------Permitam-me ainda dirigir uma palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo. Desejo-lhe um mandato pleno de realizações, marcado pela coesão territorial, pela valorização das pessoas e das comunidades, pela sustentabilidade e pela capacidade de construir respostas para os desafios do presente e do futuro. ----------

---------Aos Senhores Vereadores da maioria desejo o maior sucesso na concretização do projeto sufragado pelos amarantinos. Aos Senhores Vereadores da oposição deixo igualmente uma palavra de reconhecimento pelo contributo indispensável que o pluralismo democrático traz à vida coletiva. ----------

---------Continuarei a servir Amarante nas funções que atualmente desempenho no Município, com o mesmo empenho, a mesma dedicação e o mesmo sentido de missão que procurei colocar ao serviço desta Assembleia. ----------

---------Hoje suspendo um mandato, mas não suspendo o meu compromisso com Amarante. ----------

---------Porque o compromisso com a nossa terra não se renuncia, não se interrompe e não se arquiva. Apenas encontra novas formas de se concretizar. ----------

---------Não sei se estas palavras são um adeus. Prefiro vê-las como um até já. ---

---------Porque há caminhos que terminam para que outros possam começar. -----

---------Porque os ciclos encerram-se, mas os valores permanecem. ----------

---------Porque, independentemente das funções que exercermos, haverá sempre uma causa que continuará a merecer o nosso esforço, a nossa dedicação e a nossa esperança. ----------

---------Foi, é e será sempre um orgulho representar os amarantinos. Hoje termina um mandato, mas não termina o compromisso. Porque os mandatos são como barcos que chegam a porto; a liberdade, essa, é o mar que nunca acaba. ----------

---------Enquanto houver democracia para participar, causas para defender e pessoas para servir, continuarei a fazer parte desta viagem coletiva chamada Amarante. ----------

---------Muito obrigado.” ----------

---------Seguidamente, foi submetido à votação o pedido de suspensão de mandato, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Estavam presentes na sala 51 dos 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal, porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos estava ausente. ----------

**--------- A Senhora deputada Sandra Fraga, do Grupo Municipal do Partido Socialista,** proferiu a seguinte intervenção: ----------

---------“Gostaria de colocar um conjunto de questões relacionadas com a recente divulgação da aquisição de autocarros elétricos para o concelho de Amarante, bem como com matérias conexas ao funcionamento do serviço de transportes e outros aspetos de interesse público. ----------

---------Relativamente à operação de aquisição de autocarros elétricos: ----------

---------De acordo com informação tornada pública, designadamente em comunicação institucional e órgãos de comunicação social, esta tem sido apresentada como um investimento municipal na ordem dos 4,6 milhões de euros.----------
---------No entanto, consultando informação pública disponível, surgem elementos que justificam um pedido de clarificação ao Sr. Presidente da Câmara: ----------
---------· O financiamento no âmbito do PRR/Fundo Ambiental identifica como beneficiária a empresa Rodoamarante, Lda.;----------
---------· O procedimento de aquisição terá sido conduzido por essa entidade; -----
---------· E a atual concessão termina a 31 de agosto de 2026. ----------
---------Neste contexto, gostaria de colocar as seguintes questões: ----------
---------1. Sobre o enquadramento do investimento ----------
---------· Pode o Executivo clarificar qual é a componente efetiva de investimento direto do Município nesta operação? ----------
---------· E de que forma deve esta ser entendida como investimento municipal, tendo em conta o envolvimento da concessionária? ----------
---------2. Sobre os ativos e o fim da concessão----------
---------· Qual o enquadramento destes veículos no âmbito da concessão atual, nomeadamente quanto ao seu destino após o término do contrato e caso a concessão não seja renovada? ----------
---------3. Sobre o impacto no contrato ----------
---------· Existe avaliação sobre o impacto deste financiamento no equilíbrio económico-financeiro da concessão?----------
---------· Foi ponderado algum ajustamento nas compensações financeiras?--------
---------4. Sobre o futuro concurso ----------
---------· Em que fase se encontra o novo concurso público para a concessão do serviço?----------
---------· E que requisitos estão a ser ponderados ao nível da frota?----------
---------Sobre as infraestruturas de carregamento elétrico no terminal rodoviário: -
---------Relativamente à instalação de estações de carregamento elétrico no terminal rodoviário: ----------
---------Importa começar por dizer que a mobilidade elétrica é, naturalmente, um objetivo positivo e desejável.----------
---------Contudo, esse objetivo deve ser acompanhado de um planeamento adequado, sob pena de comprometer o funcionamento do serviço público. ----------
---------Nesse sentido, questiona-se: ----------

---------· Foi avaliado o impacto destas infraestruturas na operação do terminal, nomeadamente ao nível de: ----------

---------- - tempos de espera;----------

---------- - gestão dos cais; ----------

---------- - eventuais conflitos de utilização num espaço que já é limitado?------

---------· Foram equacionadas localizações alternativas, como parques dedicados a carregamento elétrico de autocarros, que pudessem minimizar a pressão sobre o terminal?----------

---------· Existiu articulação com os operadores na definição desta solução? --------

---------· E esses pontos de carregamento serão de utilização partilhada por futuros operadores ou associados, ou apenas ao operador atual? ----------

---------Adicionalmente, coloca-se uma questão de princípio: ----------

---------· Caso não exista um modelo aberto, como será assegurada a equidade no futuro, evitando a necessidade de multiplicação de infraestruturas, por operador, dentro do próprio terminal? ----------

---------Outras questões:----------

---------Por fim, gostaria ainda de colocar três notas adicionais: ----------

---------1. Piscinas municipais: ----------

---------- Para quando está prevista a abertura ao público? ----------

---------- E se está tudo operacional para garantir o normal funcionamento das nossas piscinas durante o período de verão? ----------

---------2. Terminal rodoviário – estacionamento da parte de cima: ----------

---------- Tem sido reportada a existência de viaturas aparentemente abandonadas nas imediações; ----------

---------- E situações em que cidadãos reservam lugares de estacionamento de forma informal, nomeadamente com objetos (caixas). ----------

---------Julgo importante alertar para a necessidade de acompanhamento e atuação por parte do Município, de forma a garantir o normal uso do espaço público.--------

---------Muito obrigado.” ----------

**-------- O Senhor deputado Vítor Rei, do Grupo Municipal do PSD,** em resposta à intervenção da Senhora deputada Sandra Fraga referiu que deduzia que a Senhora deputada teria lido notícias que não correspondiam aos factos, uma vez que as notícias divulgadas davam conta de que Amarante passara a contar com onze novos autocarros elétricos da RodoAmarante. Considerou que, sendo os autocarros da RodoAmarante, não pertenciam ao Município, acrescentando que, naturalmente, o Município teria de cumprir os compromissos financeiros que assumira no âmbito do

respetivo contrato. Relativamente aos pontos de carregamento dos autocarros elétricos, afirmou que via diariamente aqueles veículos a circular, pelo que entendia que, necessariamente, teriam de estar carregados, independentemente de ocorrer no terminal rodoviário ou noutro local. Acrescentou que, se os autocarros se encontravam em circulação, era evidente que não permaneciam sem carregamento desde o dia da sua apresentação, considerando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores estariam em melhores condições para prestar esclarecimentos sobre essa matéria.----------

---------Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal um ponto de situação relativamente aos investimentos nas creches, assunto que já havia sido abordado em anteriores sessões da Assembleia Municipal. ----------

---------Por fim, pediu esclarecimentos sobre a execução do programa Primeiro Direito, pretendendo saber se as habitações previstas já se encontravam concluídas e entregues aos respetivos beneficiários ou, caso contrário, qual o ponto de situação e o calendário previsto para a sua conclusão e entrega. ----------

**--------- O Senhor deputado Filipe Macedo, do Grupo Político Municipal do CDS** proferiu a seguinte intervenção: ----------

---------"Estamos hoje reunidos na Assembleia Municipal que antecede o período mais crítico do ano em matéria de incêndios rurais e florestais. Por essa razão, o CDS-PP entende que é o momento adequado para abordar este tema de forma preventiva, construtiva e responsável. ----------

---------Amarante possui uma extensa área florestal e rural, o que naturalmente aumenta a exposição do concelho a este tipo de ocorrências. A experiência demonstra-nos que, quando falamos de incêndios, a diferença entre uma situação controlada e uma situação de grande gravidade está muitas vezes na preparação efetuada antes do verão. ----------

---------Infelizmente, não precisamos de recuar muitos anos para encontrar exemplos que nos devem levar à reflexão. Ainda recentemente assistimos ao incêndio de Codeçoso, que mobilizou um vasto dispositivo de meios e afetou várias freguesias do nosso concelho, evidenciando a dimensão que estes eventos podem rapidamente assumir quando as condições meteorológicas são adversas. ----------

---------Também os incêndios que ocorreram na envolvente da A4 demonstraram como um incêndio rural pode ter consequências muito para além da área ardida. O corte da autoestrada obrigou ao desvio de trânsito para a EN15, criando uma pressão acrescida sobre uma das principais vias do concelho, com impacto na mobilidade, na segurança rodoviária e na capacidade de circulação dos meios de emergência. -----

---------Estes exemplos recordam-nos que o combate aos incêndios não se limita à proteção da floresta. Está igualmente relacionado com a proteção das populações, das habitações, das infraestruturas estratégicas, das vias de comunicação e da própria atividade económica do território. ----------

---------É por isso que o CDS-PP gostaria, antes de mais, de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários, pelos agentes da Proteção Civil, pelas forças de segurança, pelas juntas de freguesia e pelos serviços municipais, cujo empenho é determinante para a segurança das populações. ----------

---------Mas é também por respeito por esse trabalho que entendemos ser importante saber de que forma o Município está a preparar este período crítico.

---------Sabemos que a prevenção é hoje tão ou mais importante do que a capacidade de combate. Sabemos igualmente que a coordenação entre entidades, a manutenção dos acessos florestais, a operacionalidade dos equipamentos, a existência de pontos de água funcionais, a sensibilização das populações e a identificação prévia de vulnerabilidades podem fazer toda a diferença quando surge uma ocorrência. ----------

---------Nesse sentido, e num espírito de colaboração institucional e de prevenção, o CDS-PP gostaria de colocar ao Executivo apenas três questões objetivas: --------

---------Sr. Presidente: ----------

---------1. Que ações concretas de prevenção e preparação foram já implementadas ou estão previstas para este período crítico, nomeadamente ao nível da gestão de combustível, sensibilizado das populações, manutenção de acessos florestais e articulação com as juntas de freguesia? ----------

---------2. Foi efetuada, em conjunto com os Bombeiros e a Proteção Civil, uma avaliação da capacidade operacional de resposta do concelho, designadamente quanto à operacionalidade das viaturas de combate a incêndios, disponibilidade de meios humanos, acessibilidades e rede de abastecimento de água para apoio às operações? ----------

---------3. Que mecanismos permanentes de coordenação e planeamento têm estado a funcionar entre a Câmara Municipal, o Serviço Municipal de Proteção Civil, os Bombeiros, as forças de segurança e as restantes entidades relevantes, e quais as principais conclusões ou medidas resultantes desse trabalho conjunto? ----------

---------Senhor Presidente, ----------

---------O CDS-PP coloca estas questões não por qualquer motivo de crítica antecipada, mas porque acreditamos que a melhor forma de enfrentar a época de incêndios é antecipar problemas antes que estes aconteçam. ----------

---------Se a prevenção correr bem, todos ganhamos. Se conseguirmos evitar uma única situação de risco elevado para as populações ou reduzir a dimensão de um incêndio, então todo o esforço de planeamento terá valido a pena. ----------

---------É esse espírito de responsabilidade, cooperação institucional e defesa do interesse do concelho que nos move nesta intervenção. ----------

---------Muito obrigado." ----------

---------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo,** começou por se dirigir à Senhora Deputada Sandra Fraga, referindo que, tratando-se da sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, teria sido oportuno ter mencionado a obra de requalificação da Escola Básica da Torreira, que integra igualmente a valência de Jardim de Infância, considerando tratar-se de um investimento relevante para a sua freguesia. ----------

---------Relativamente às questões colocadas sobre os autocarros elétricos, esclareceu que não existia qualquer publicação do Município de Amarante, nem da sua autoria, quer nas redes sociais quer noutros meios, que afirmasse que o investimento na aquisição das viaturas elétricas tivesse sido efetuado pelo Município. Referiu que, pelo contrário, em diversas publicações e respostas a munícipes, havia esclarecido expressamente que os autocarros tinham sido adquiridos pela RodoAmarante – empresa concessionária dos transportes públicos. Acrescentou que as publicações efetuadas pelo Município se limitavam a informar que a nova frota elétrica da RodoAmarante passara a contar com onze novas viaturas ao serviço do concelho de Amarante, não existindo qualquer referência à aquisição das mesmas pelo Município. Sublinhou, por isso, que o Município de Amarante não investiu qualquer verba do seu orçamento municipal na aquisição das viaturas elétricas, tendo o investimento sido integralmente suportado pela empresa concessionária, no âmbito da sua estratégia de descarbonização e de promoção de uma mobilidade mais sustentável, iniciativa que merecia o reconhecimento do Município. ----------

---------Informou ainda que o novo contrato de concessão dos transportes públicos se encontrava em preparação para lançamento de concurso público, prevendo-se a valorização das propostas que apresentassem maior número de viaturas elétricas. Acrescentou que, caso a RodoAmarante não viesse a vencer o futuro concurso, o investimento realizado nas viaturas teria sido efetuado por sua conta e risco, sem qualquer comparticipação municipal. Esclareceu igualmente que os postos de carregamento instalados permaneceriam disponíveis para utilização pela futura concessionária. ----------

---------Relativamente às piscinas municipais, informou que se encontra em curso uma nova avaliação técnica sobre as condições de utilização do equipamento. Explicou que o muro de suporte do exterior apresentava problemas estruturais, agravados pelas intempéries, tendo já sido elaborado o respetivo projeto de reparação e lançado o procedimento concursal para a execução da obra. Referiu que se aguarda a conclusão da avaliação técnica para determinar se seria possível manter a utilização das piscinas nas condições atuais. ----------

---------Quanto às viaturas abandonadas, esclareceu que, sempre que o Município toma conhecimento dessas situações, são desencadeados os procedimentos legalmente previstos para a respetiva remoção. ----------

---------Respondendo às questões colocadas pelo Senhor deputado Vítor Briga Rei, informou que, no que respeita às creches, se encontravam atualmente quatro equipamentos em construção. A creche de Travanca encontrava-se praticamente concluída, prevendo-se a sua conclusão no mês seguinte, de forma a entrar em funcionamento no início do próximo ano letivo. As creches do Marão e da Estradinha encontravam-se igualmente em execução, estando a primeira numa fase mais adiantada, estimando-se a conclusão de ambas para o final do ano. Quanto à creche de Vila Caiz, informou que a empreitada havia sido consignada na semana anterior, estando o início da obra previsto para breve. ----------

---------No âmbito da habitação, referiu que a maioria das intervenções se encontra concluída ou em fase final de conclusão, aguardando apenas as ligações às redes de eletricidade, abastecimento de água e saneamento, prevendo-se que as habitações estejam em condições de ser entregues entre o final do corrente mês e o início de julho. Informou que o procedimento concursal já havia sido realizado e que os futuros beneficiários se encontravam selecionados. Esclareceu que o programa habitacional abrangia cerca de duzentas e trinta e quatro habitações, das quais cento e cinquenta e quatro correspondiam a novas construções, oitenta resultavam de operações de reabilitação, como sucedia na Bouça do Pombal, e dezoito diziam respeito a intervenções em habitações de beneficiários diretos proprietários. Considerou que os objetivos inicialmente definidos estavam a ser amplamente alcançados, traduzindo-se numa taxa de execução muito elevada e na disponibilização de habitações de qualidade distribuídas por diversas freguesias do concelho. ----------

---------Relativamente ao programa Primeiro Direito, informou que se encontravam em execução dezoito intervenções. Acrescentou que existiam ainda outras candidaturas, que aguardam por aprovação, referindo que, após o encerramento da primeira fase do financiamento do PRR, seria aberto um novo período de candidaturas

que permitiria obter financiamento de cerca de 85% para outras intervenções, desde que concluídas dentro do prazo estabelecido. Explicou ainda que, algumas despesas complementares, como por exemplo, os arranjos exteriores das habitações, não eram comparticipadas pelo financiamento inicial, tendo o Município lançado uma empreitada específica para esse efeito.----------

---------Concluiu manifestando satisfação pelos resultados alcançados na área da habitação, salientando que estes investimentos permitem proporcionar condições de habitação dignas a um número significativo de munícipes.----------

---------**O Senhor Vereador Fernando Moura e Silva** esclareceu que se absteria de emitir qualquer opinião de natureza política sobre a intervenção do Senhor deputado Filipe Macedo, limitando-se a prestar informação técnica sobre as questões colocadas. ----------

---------Informou que o Município de Amarante dispõe de uma Comissão Municipal de Gestão Integrada dos Fogos Rurais, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual reúne de acordo com os prazos legalmente estabelecidos, tendo realizado já duas reuniões no corrente ano. Recordou que daquela comissão fazem igualmente parte membros eleitos da Assembleia Municipal, o que assegura uma participação plural na identificação, discussão e definição das medidas e do respetivo plano de atuação. Referiu que, entre os diversos assuntos analisados pela comissão, assumiam particular relevância a avaliação dos pontos de água destinados ao apoio ao combate aos incêndios rurais, tendo sido elaborado um relatório de inspeção pelos serviços técnicos municipais, em articulação com os agentes de proteção civil envolvidos nas operações de combate aos incêndios.----------

---------Relativamente à execução da rede secundária de faixas de gestão de combustível, da responsabilidade do Município, esclareceu que esta abrangia as faixas de proteção associadas às estradas, linhas de energia, aglomerados populacionais e habitações. Informou que estava definido um programa de intervenção correspondente a 218 hectares, encontrando-se executados, até ao dia 19 de junho, cerca de 170 hectares, sendo o prazo de conclusão dos trabalhos fixado para o próximo dia 30 de junho. Acrescentou que o Município havia solicitado informação às restantes entidades responsáveis pelas intervenções na gestão de combustível, a qual é habitualmente reportada com referência ao dia 30 de junho, motivo pelo qual alguns dados ainda não se encontravam disponíveis. Com base na informação já recebida por parte da E-Redes, já tinham sido intervencionados cerca de 200 hectares, aos quais acrescem mais 200 hectares de áreas privadas, que a Divisão de Gestão Técnica Florestal já identificou. Salientou que o prazo legal para a

realização das limpezas pelos particulares termina igualmente a 30 de junho. Referiu que, até à data, se encontravam registados cerca de 570 hectares de áreas objeto de limpeza. ----------

---------Salientou, contudo, que a área efetivamente intervencionada seria superior, uma vez que ainda não tinham sido contabilizados os trabalhos realizados por particulares, pela Infraestruturas de Portugal, pelos concessionários das autoestradas e pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, entidades das quais o Município aguarda ainda a receção da respetiva informação. ----------

---------No que respeita à manutenção e beneficiação da rede viária florestal, informou que inicialmente estava programada uma intervenção correspondente a 100 hectares, contudo, esse número já foi ultrapassado, tendo já sido intervencionados cerca de 105 hectares. ----------

---------Quanto aos pontos de água de apoio ao combate aos incêndios, referiu que existem dezasseis operacionais, três temporariamente inoperacionais e dois desativados, encontrando-se estes últimos em fase de estudo com vista à eventual reabilitação. Acrescentou ainda que tinham sido instaladas três novas bocas de incêndio no Baldio de Ansiães, duas com capacidade de 30 m³ e uma com capacidade de 120 m³. ----------

---------Informou, por fim, que o Município promoveu cinquenta e sete ações de sensibilização sobre medidas preventivas de incêndios rurais, complementadas por diversas ações de divulgação realizadas através das redes sociais e do sítio institucional do Município. ----------

---------Concluiu referindo que existia informação técnica adicional sobre a matéria, cuja apresentação não era possível em virtude da limitação de tempo da intervenção, manifestando, contudo, disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos complementares que viessem a ser solicitados. ----------

**-------- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------**

---------**O Senhor António Adelino** começou por se dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referindo que havia consultado o Regimento da Assembleia Municipal e que o artigo 28.º, alínea f), previa a possibilidade de qualquer membro da Assembleia formular ou responder a pedidos de esclarecimento. Questionou se essa disposição já vigorava no mandato anterior, recordando um debate então ocorrido a propósito de uma rubrica do orçamento municipal, no qual havia suscitado dúvidas relativamente às percentagens apresentadas para os investimentos nas áreas da habitação e da educação. Referiu, a título de exemplo, que, num orçamento de cerca de 106.000.000€, o montante afeto à educação rondava os 3.000.000€,

entendendo que a percentagem indicada na ata da respetiva sessão não correspondia aos valores efetivamente apresentados, considerando, contudo, tratar-se de uma questão já ultrapassada.----------

---------Seguidamente, recordou uma situação ocorrida na Assembleia Municipal do Porto, em que um deputado se ausentara da sala antes de uma votação, questionando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre se todas as votações tinham igual grau de importância, designadamente comparando a votação do orçamento municipal com a de outros pontos da ordem de trabalhos. ----------

---------Questionou ainda para quando estava prevista a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal.----------

---------Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo abordado a questão da cobrança do serviço de saneamento aos utilizadores de captações próprias de água, referindo que a entidade gestora, Águas do Norte, vinha recentemente adotando uma postura que considerava intimidatória relativamente à cobrança desse serviço. Recordou que, cerca de dois anos antes, a preocupação incidia sobre a intenção de obrigar ao encerramento de poços e minas particulares, situação que, segundo afirmou, acabou por não avançar face à salvaguarda constitucional do direito à propriedade privada. Reconheceu existirem munícipes que beneficiavam do serviço de tratamento de águas residuais sem proceder ao respetivo pagamento, entendendo que esse serviço deveria ser remunerado. Considerou, contudo, que a forma como a questão vinha sendo tratada pela entidade gestora poderia ser diferente. Neste contexto, sugeriu a instalação, por parte da Águas do Norte, de contadores nas captações privadas de água, permitindo calcular o consumo efetivo e, com base nesse valor, estimar os encargos relativos ao saneamento e, simultaneamente, à componente variável da tarifa de resíduos sólidos urbanos. Reconhecendo que esta solução poderia representar um custo significativo para a entidade gestora, referiu dispor de uma proposta alternativa, que considerava mais simples e menos onerosa, optando, porém, por não a divulgar naquela sessão. Sugeriu que fosse promovida uma reunião com a Águas do Norte, defendendo que a entidade pudesse contribuir financeiramente para compensar os encargos suportados pelo Município com a tarifa social da água, considerando que essa solução poderia beneficiar todas as partes envolvidas. ----------

---------**O Senhor Alcino Carvalho** começou por chamar à atenção para o mau estado de conservação da Rua Miguel Pinto Bombarda e da Rua Teixeira de Vasconcelos, referindo que ambas têm sido alvo de sucessivas intervenções, resultantes de avarias na rede de abastecimento de água, situação que, no seu

entender, degradou significativamente o pavimento das mesmas. Considerou que o estado daquelas vias se tornara insustentável, causando danos nas viaturas que ali circulam diariamente, pelo que defendeu que o Município deveria exigir à Águas do Norte a assunção das respetivas responsabilidades. Acrescentou que esta situação também se verificava na Rua Cândido dos Reis. ----------

---------Em segundo lugar, abordou a empreitada em curso na Rua Agostinho Gonçalves de Abreu, presumindo que a intervenção se prolongaria até à Ponte do Pego. Recordou que, há cerca de quarenta anos, já havia suscitado na Assembleia Municipal a questão da reduzida largura de algumas vias urbanas do concelho e manifestou a sua discordância relativamente ao facto de a nova via estar a ser executada com uma largura de cerca de sete metros. Considerou que essa dimensão não correspondia às necessidades futuras da zona, atendendo ao previsível aumento da atividade urbanística, comercial e habitacional, entendendo que teria sido uma oportunidade para criar uma avenida com maior capacidade. Reconheceu que o projeto poderia não ter sido elaborado pelo Município, mas salientou que a sua execução resultava de uma decisão municipal, reiterando que, na sua opinião, a solução adotada era inadequada. ----------

---------Seguidamente, felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo arranque da obra do viaduto da estação ferroviária, aproveitando, contudo, para manifestar preocupação relativamente às condições de execução dos aterros junto aos encontros da estrutura. Referiu que, segundo informações de pessoas tecnicamente habilitadas, poderiam existir fragilidades na compactação dos materiais utilizados, alertando para a necessidade de o Município verificar se a execução da obra estava a decorrer em conformidade com as exigências técnicas, de modo a evitar problemas futuros, fazendo uma analogia com os assentamentos que se verificam recorrentemente na Avenida 1.º de Maio. ----------

---------Questionou ainda o Executivo Municipal sobre as medidas que estavam a ser desenvolvidas relativamente às oscilações do nível das águas do rio Tâmega, quer na albufeira do Tâmega, quer nas zonas influenciadas pela Barragem de Ribeira de Pena.----------

---------Por fim, solicitou um ponto de situação sobre a disponibilidade de terrenos destinados à instalação de atividades industriais no concelho de Amarante, pretendendo conhecer a evolução dos trabalhos desenvolvidos nessa matéria.------

---------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo** começou por responder às questões colocadas pelo Senhor António Adelino, referindo que as matérias relacionadas com a Águas do Norte constituíam, frequentemente, motivo

de dificuldade para o Município. Relativamente à proposta apresentada, afirmou que gostaria de a ver acolhida, mas manifestou reservas quanto à possibilidade de sucesso, face ao posicionamento que a Águas do Norte tem assumido nas negociações com o Município. Como exemplo dessa situação, referiu a requalificação da Estrada Municipal 312, entre o Campo de Golfe e o limite do concelho com Vila Caiz/Livração. Explicou que o troço compreendido entre Louredo e a entrada de Vila Caiz não dispunha de rede de saneamento e que, desde abril do ano anterior, o Município vinha solicitando à Águas do Norte a execução dessa infraestrutura, de forma articulada com a empreitada de requalificação da estrada. Informou que a empresa se comprometeu, em setembro, a elaborar o respetivo projeto até ao final do primeiro trimestre de 2026, mas que, posteriormente, comunicara que apenas avançaria com a obra caso o Município assumisse integralmente a sua execução, num investimento de aproximadamente de 438.000€. ----------

---------Acrescentou que o contrato atualmente em vigor com a Águas do Norte, cuja vigência se prolonga até 2060, prevê que, na eventualidade de haver alguma extensão de rede em Amarante, esta terá de ser integralmente suportada pelo Município. A título de exemplo, referiu a futura ERPI, que está em fase de construção, cujo acesso será pavimentado e também obrigará à instalação de redes de abastecimento de água e saneamento, investimentos que serão igualmente realizados e suportados pelo Município para, posteriormente, serem entregues à Águas do Norte para exploração.----------

---------Referiu ainda que as empreitadas de expansão das redes de saneamento em Sanche, Aboadela, Chapa, Gatão, Amarantinho e Gondar se encontravam em execução ou prestes a iniciar, representando um investimento global de cerca de 7.000.000€, dos quais aproximadamente 3.000.000€ seriam financiados pelo Portugal 2030, sendo o restante suportado pelo orçamento municipal, apesar de as infraestruturas serem posteriormente entregues à Águas do Norte. ----------

---------Acrescentou que o contrato atualmente em vigor prevê ainda que, relativamente aos imóveis que não estejam ligados à rede pública de água, sendo que, após uma primeira abordagem efetuada pela Águas do Norte, posteriormente, compete ao Município proceder à notificação dos proprietários e, caso não o façam, instaurar os respetivos procedimentos contraordenacionais. Considerou que esta situação ilustrava bem as dificuldades decorrentes do contrato celebrado, acrescentando que, no futuro, o Município assumiria também a elaboração dos projetos necessários, por considerar que dessa forma teria maior controlo sobre os respetivos custos. ----------

---------Respondendo ao Senhor Alcino Carvalho, relativamente às propostas que sugeriu há cerca de quarenta anos sobre o alargamento das vias públicas, lamentou não que os seus contributos não tenham sido acolhidos. Relativamente à requalificação da Rua Agostinho Gonçalves de Abreu, esclareceu que não era possível alargar significativamente a via existente, considerando que, apesar de a solução adotada não ser a ideal, representa uma melhoria relativamente às condições anteriormente existentes. Acrescentou que o Município estava a desenvolver um estudo de mobilidade destinado a melhorar a circulação naquela zona da cidade, prevendo uma nova ligação viária, entre aquela zona e o Estádio Municipal, permitindo assim reduzir o tráfego junto aos Bombeiros Voluntários de Amarante. Informou igualmente que o desenvolvimento urbanístico previsto para aquela área contemplava a abertura de uma nova via paralela à atual, com ligação entre a rotunda junto do edifício Cristal Center e o IET, solução que permitirá reforçar a capacidade de circulação e melhorar a mobilidade naquela zona.----------

---------Quanto ao viaduto do Salto, referiu que existiam diversas opiniões sobre a execução da empreitada, mas manifestou a sua confiança quer no projeto elaborado por um gabinete especializado, quer no acompanhamento técnico assegurado pelos serviços municipais, aos quais competia fiscalizar a execução da obra e defender o interesse público. Esclareceu que a empreitada foi retomada mais tarde do que inicialmente previsto, devido à elevada carga de trabalho da empresa adjudicatária. Esta empresa também é responsável por outras obras municipais, como por exemplo, o Trilho de Nossa Senhora do Vau, o Trilho da Feitoria, o Trilho dos Castanheiros e a ligação viária em Fridão. Acrescentou que, durante a execução da obra, foi identificada uma situação não prevista relacionada com as características do aterro existente na rotunda do Salto, circunstância que obrigou à alteração da solução inicialmente projetada. Informou que se encontrava em elaboração um novo projeto para construção de um viaduto na zona da Fábrica do Matias, permitindo, futuramente, assegurar a ligação prevista entre a Rua Agostinho Gonçalves de Abreu e as imediações do Estádio Municipal. ----------

---------Relativamente às oscilações do caudal do rio Tâmega, informou que, na sequência dos contactos efetuados, foi acordado que, durante o período compreendido entre os meses de junho e setembro, as descargas da barragem decorreriam com menor intensidade durante o dia, procurando reduzir as oscilações bruscas do nível da água. Salientou, contudo, que a gestão da barragem dependia das entidades competentes, sendo essencial manter uma boa articulação institucional entre todas as partes.----------

---------No que respeita à disponibilidade de terrenos para criação de áreas de acolhimento empresarial, informou que, na sexta-feira anterior, fora celebrada a escritura de aquisição de cerca de 30.000m$^2$ em Penalta, Telões, encontrando-se concluído o projeto de execução e prevendo-se o lançamento do concurso para a respetiva urbanização até ao final do mês. Referiu que o loteamento permitirá disponibilizar cerca de dez lotes industriais e de quatro lotes de menor dimensão, junto à zona da Nascortec. ----------

---------Acrescentou que, em maio, o Município notificou os proprietários dos terrenos destinados à futura área empresarial de Vila Meã com quem ainda não tinha sido possível chegar a acordo, concedendo um novo prazo para negociação, findo o qual, caso não houvesse entendimento, avançaria com os procedimentos de expropriação, por considerar prioritária a criação de novas áreas de acolhimento empresarial. ----------

---------Informou igualmente que o Município celebrou um contrato de arrendamento com opção de compra relativo a um terreno com cerca de 70.000m$^2$ na União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea destinado à instalação de uma nova unidade industrial, a qual prevê criar cerca de setenta postos de trabalho. Esclareceu que a opção pelo contrato de arrendamento se devia ao facto de a empresa ainda aguardar as licenças necessárias para o desenvolvimento da atividade, prevendo-se que, uma vez obtidas, o contrato fosse convertido em escritura de compra e venda.

---------Concluiu referindo que estas iniciativas demonstravam o empenho do Município na criação de condições para a instalação de novas empresas, a captação de investimento e a criação de emprego qualificado no concelho. ----------

**-------- PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------**

---------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação, tendo informado que na discussão e votação dos pontos da ordem do dia se aplicariam os tempos da grelha B. ----------

---------**1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento.----------

----------**A Senhora deputada Scheila Cavallaro, do Grupo Municipal do PS**, proferiu a seguinte intervenção: ----------

----------"Faço pela primeira vez uma intervenção nesta Assembleia Municipal em nome do Partido Socialista, com a responsabilidade acrescida de dar voz àqueles que exigem rigor, transparência e ambição para o nosso concelho. ----------

----------Começo por agradecer o relatório que nos foi apresentado, mas devo dizer de forma clara e frontal: o que este documento nos traz não é um motivo de orgulho — é um sério motivo de alarme. ----------
----------Não estamos aqui a fazer interpretações subjetivas; estamos a confrontar este executivo com os números oficiais que a própria Câmara Municipal assinou e publicou. ----------
----------E a realidade que esses números nos revelam é preocupante. ----------
----------Desengane-se quem pensa que este é o retrato de um município dinâmico. O que este Relatório de Atividades nos mostra é um padrão claro: menos serviços, menor proximidade e dificuldades de execução — tudo isto acompanhado por um aumento da despesa corrente. ----------
----------Proximidade ao cidadão: ----------
----------Em primeiro lugar, a proximidade ao cidadão. ----------
----------Como explica este executivo uma queda tão abrupta no atendimento presencial? ----------
----------O Balcão Único desceu drasticamente de 8.682 (Oito mil, seiscentos e oitenta e dois) atendimentos para 4.154 (Quatro mil, cento e cinquenta e quatro). ---------
----------O atendimento municipal tenha caído de 3.491 (três mil quatrocentos e noventa e um) para 1.974 (mil novecentos e setenta e quatro). ----------
----------O Espaço Cidadão tenha colapsado de 5.167 (cinco mil, cento e sessenta e sete) para 1.877 (mil, oitocentos e setenta e sete). ----------
----------Se esta redução resulta de uma transição digital, então exige-se transparência: ----------
----------Quantos atendimentos migraram efetivamente para canais digitais? Qual o tempo médio de resposta? ----------
----------Qual a taxa de satisfação dos munícipes? ----------
----------Porque a transição digital só faz sentido se melhorar o serviço prestado. Caso contrário, não é modernização — é afastamento do cidadão. ----------
----------E não podemos ignorar uma realidade social evidente: Amarante tem uma população envelhecida e dispersa, que continua a precisar de atendimento presencial digno, próximo e eficaz. ----------
----------Ambiente e resíduos: Em segundo lugar, a gestão ambiental. ----------
----------Os volumes de resíduos indiferenciados mantêm-se elevados e a reciclagem não demonstra evolução significativa. ----------
----------Isto não é apenas um problema ambiental — é também financeiro. --------

----------Cada tonelada enviada para aterro representa custos diretos para o Município e para os contribuintes. ----------
----------Pergunto, por isso: Que medidas concretas estão no terreno? ----------
----------Que ações estão efetivamente a produzir resultados? ----------
----------E mais: as reclamações registadas mostram que o serviço não está a responder como devia. ----------
----------Onde está o reforço da fiscalização sobre a concessionária? ----------
----------Funcionamento da máquina municipal: ----------
----------Relativamente ao atendimento às quartas-feiras alegadamente realizado pelo Senhor Presidente, importa começar por constatar que o relatório não menciona absolutamente nada sobre este assunto. ----------
----------Não refere se o atendimento existe, quantas pessoas foram recebidas, quais os temas tratados, qual o tempo médio de espera, nem apresenta qualquer indicador de eficiência ou de resolução. ----------
----------Esta ausência total de informação impede a Assembleia Municipal de avaliar a utilidade, o impacto e a necessidade deste tipo de atendimento. ----------
----------Mas importa perguntar: resolve problemas… ou apenas os centraliza?
----------Quando um munícipe tenta agendar uma reunião, quanto tempo tem de esperar? Dias? Semanas? Qual é o tempo médio que decorre entre o pedido de marcação e o atendimento efetivo? Quais são os motivos reais que levam as pessoas a necessitar de falar diretamente com o Presidente? São grandes projetos estruturantes para o concelho ou são pequenas reparações, problemas de salubridade, caminhos e licenças que deveriam ser resolvidos na hora pelos serviços intermédios ou pelas próprias Juntas? ----------
----------Se os cidadãos precisam de falar diretamente com o Presidente para resolver situações básicas, então há um problema grave na organização dos serviços. -------
----------Isso não é proximidade — é centralismo. ----------
----------Verdadeira proximidade é garantir que os serviços e as Juntas resolvem os problemas no momento, com autonomia e meios. ----------
----------Urbanismo e eficiência: ----------
----------Também ao nível da gestão urbanística e administrativa, o relatório menciona a Divisão de Gestão Urbanística — mas não apresenta qualquer indicador que permita avaliar a sua eficiência. ----------
----------Não sabemos quantos processos entraram, quantos foram decididos, qual o tempo médio de resposta, onde estão os atrasos, nem que medidas estão a ser implementadas para melhorar o serviço. ----------

----------E no terreno, a realidade é conhecida: os processos acumulam-se, os prazos arrastam-se e quem quer investir continua à espera. ----------

----------Pergunto: onde está a modernização administrativa se a resposta continua lenta e sem dados que permitam monitorizar a melhoria? Modernização não é um slogan — é capacidade de decisão, previsibilidade e eficiência. ----------

----------Termas — falha de transparência estratégica: ----------

----------Mas há ainda um ponto que merece especial atenção. As Termas de Amarante. Em abril de 2025 foi aprovado um regulamento que obriga à produção de informação detalhada sobre o seu desempenho — dados operacionais e financeiros.

----------Essa informação existe. Mas não está neste relatório. E estamos a falar de um ativo estratégico: saúde, turismo, economia local. ----------

----------Pergunto: Qual foi o desempenho das Termas? ----------

----------Quantos utentes receberam? ----------

----------Que receitas geraram? ----------

----------Qual foi o resultado operacional? ----------

----------E mais importante: ----------

----------Que impacto tiveram na economia local?----------

----------E que estratégia existe para garantir que este equipamento é sustentável e útil ao concelho? ----------

----------Porque investir sem medir resultados é desperdiçar potencial. ----------

----------Situação financeira:----------

----------O relatório mostra que a despesa municipal aumentou mais de 10%, o que representa um acréscimo superior a 2 milhões de euros face ao período homólogo. No entanto, vários indicadores de atividade diminuem. ----------

----------Mais despesa com menos resultados não é um bom sinal. ----------

----------Também a quebra de 26% nas taxas e multas merece reflexão. ----------

----------É menor atividade económica?----------

----------Ou são falhas de fiscalização?----------

----------O relatório não esclarece — e isso deve preocupar esta Assembleia.--------

----------O ponto mais crítico é a execução. ----------

----------A execução orçamental da despesa está nos 19,2% no final de maio. -----

----------Ou seja: a meio do ano, não se executou sequer um quinto do previsto.

----------Isto não é prudência. Isto é dificuldade de execução. ----------

----------E isso levanta questões inevitáveis: ----------

----------Onde estão as obras? ----------

----------Onde está o investimento? ----------

----------Onde está a concretização? ----------
----------Impacto nas pessoas: ----------
----------E tudo isto tem consequências reais. ----------
----------Quando o atendimento diminui, há cidadãos sem resposta. ----------
----------Quando a execução falha, há obras que não avançam. ----------
----------Quando os serviços não respondem, há investimento que não chega. ------
----------E isso traduz-se em perda de oportunidades, perda de confiança e perda de qualidade de vida. ----------
----------Perguntas finais: ----------
----------Senhor Presidente, os amarantinos merecem respostas claras. ----------
----------Por isso, deixo questões diretas: Como explica a redução de mais de 50% no atendimento presencial e que evidência existe de que o digital está a funcionar melhor? ----------
----------Que custos tiveram os resíduos indiferenciados e que medidas concretas estão a reduzir essa despesa?----------
----------Quais foram os resultados das Termas e porque não constam neste relatório?
----------Como se justifica o aumento da despesa num contexto de redução de atividade? ----------
----------E como se explica uma execução tão baixa, quando há necessidades claras no terreno? ----------
----------Os amarantinos não pedem relatórios — pedem resultados.----------
----------E aquilo que este documento nos mostra é um Município que está a perder capacidade, ritmo e proximidade.----------
----------E isso deve preocupar-nos a todos.----------
----------Muito obrigada.” ----------

**-------- O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Municipal do PSD** iniciou a sua intervenção referindo que a sessão decorria de forma serena, lamentando, contudo, o teor das anteriores intervenções das senhoras deputadas do PS. --------

---------Dirigindo-se à Senhora deputada Scheila Cavallaro, afirmou que não pretendia responder detalhadamente às suas considerações, entendendo que, tratando-se da sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, certamente teria oportunidade no futuro, de apresentar intervenções mais sustentadas. Acrescentou que os amarantinos já haviam expressado a sua avaliação sobre a gestão municipal através dos resultados das últimas eleições autárquicas, considerando que esses resultados contrariaram as críticas apresentadas pela Senhora Deputada. Manifestou ainda a sua convicção de que Amarante tinha a sorte e o privilégio de contar com o

atual Presidente da Câmara Municipal, destacando o elevado volume de investimento em curso no concelho, bem como a dedicação e disponibilidade do autarca no atendimento aos munícipes, não apenas no horário destinado ao atendimento público, mas diariamente e, por vezes, até em período noturno, salientando igualmente o sacrifício pessoal e familiar que tal disponibilidade implicava.----------

---------Relativamente ao relatório de atividades em apreciação, recordou que o mesmo abrangia apenas o período compreendido entre 1 de abril e 30 de maio, considerando, por isso, natural que nem toda a atividade municipal aí se encontrasse refletida. Assinalou igualmente que o documento possuía já uma dimensão significativa, com cerca de cento e vinte e oito páginas, muito superior à dos relatórios elaborados em mandatos anteriores. Entendeu que seria sempre possível apontar aspetos em falta, mas salientou que o concelho atravessava um período de elevado investimento público, destacando, em particular, o programa Primeiro Direito, que, segundo referiu, representava um investimento superior a 300.000.000€ na área da habitação, considerando-o fundamental para o desenvolvimento do concelho, a par dos investimentos em áreas empresariais. Acrescentou que muitos destes investimentos apenas eram possíveis graças ao recurso a fundos europeus, observando que, se tivessem de ser suportados exclusivamente por recursos municipais, demorariam muitas décadas a concretizar-se. Recordou ainda que, no passado, durante a governação socialista existira uma orientação política desfavorável ao recurso a fundos estruturais europeus, circunstância que, no seu entender, havia limitado o aproveitamento dessas oportunidades pelo Município. Salientou que, atualmente, Amarante se encontrava entre os municípios com maior capacidade de captação de financiamento, referindo que, no âmbito do programa Primeiro Direito, o concelho concentrava cerca de 33 % do investimento destinado aos onze municípios da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Afirmou que era legítimo criticar o que considerasse menos positivo, mas defendeu que também deveria ser reconhecido aquilo que, na sua opinião, estava a ser bem executado. ----------

---------Relativamente ao investimento em saneamento e à parceria com a Águas do Norte, recordou que, enquanto vereador da oposição, havia manifestado oposição ao contrato então celebrado pelo executivo municipal liderado pelo Partido Socialista. Referiu que, na altura, o PSD alertara para as cláusulas que considerava desfavoráveis ao Município, designadamente quanto à duração do contrato, às obrigações de investimento municipal e aos elevados custos associados a uma

eventual cessação antecipada. Acrescentou que essa posição ficou expressa na respetiva declaração de voto, apesar de o contrato ter sido aprovado por maioria. -

---------No que respeita à transição digital, referiu existirem medidas concretas de promoção da transparência administrativa, dando como exemplo uma iniciativa do Município que convidava os cidadãos a acompanhar o estado dos respetivos processos de licenciamento urbanístico, permitindo identificar eventuais constrangimentos ou demoras, considerando tratar-se de uma demonstração de transparência. ----------

---------Relativamente às Termas de Amarante, afirmou que, durante muitos anos, eram frequentes as críticas pela ausência de investimento naquele equipamento. Considerou que, após as intervenções realizadas, as Termas se encontravam atualmente em melhores condições de funcionamento e com maior adesão de utilizadores, observando que, por se tratar de um relatório referente apenas aos meses de abril e maio, os respetivos resultados de exploração não constariam daquele documento. ----------

---------Por fim, manifestou novamente o seu desagrado relativamente à utilização da expressão "alegadamente" na intervenção proferida pela Senhora deputada Scheila Cavallaro, por considerar que a mesma punha injustamente em causa a dedicação e disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal no atendimento aos munícipes. Entendeu que, caso viesse a ser apurado que tal expressão não correspondia à realidade, seria adequado que fosse apresentado um pedido de desculpas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

----------**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo** afirmou que algumas intervenções lhe causavam particular desconforto, dirigindo-se à Senhora deputada Scheila Cavallaro para manifestar a sua discordância relativamente ao teor da sua intervenção, lembrando que talvez por isso, se justifique os maus resultados que teve aquando da sua candidatura às últimas eleições autárquicas em Fridão. Considerou que o discurso proferido assumira um caráter demagógico e entendeu que, sendo a primeira intervenção enquanto membro da Assembleia Municipal deveria constituir um momento de elevação institucional e de valorização do debate democrático. Manifestou o seu desagrado pelo conteúdo da intervenção e afirmou que não aceitava a utilização da expressão "alegadamente", por considerar que a mesma colocava injustamente em causa a sua atuação enquanto Presidente da Câmara Municipal. Referiu que, caso a Senhora deputada assim o entendesse, estaria disponível para lhe demonstrar o modo de funcionamento de agendamento e do atendimento aos munícipes, esclarecendo que o atendimento público decorre

habitualmente às quartas-feiras, com início às 9h30, prolongando-se, frequentemente, para além das 12h30, chegando, por vezes, até às 13h30. Acrescentou que, naquele próprio dia, iniciou o atendimento às 9h15 para receber um munícipe que solicitou ser atendido mais cedo, afirmando que não admitia que fosse colocada em causa o seu empenho e a dedicação com que desempenhava esse serviço. Sublinhou que esse atendimento visava precisamente assegurar a proximidade com os cidadãos, na relação entre os munícipes e os serviços municipais, correspondendo ao compromisso assumido perante a população, correspondendo assim à confiança que lhe foi conferida nas últimas eleições autárquicas.----------

----------Acrescentou que entendia ser devido maior respeito, decoro e elevação no debate político desenvolvido no seio da Assembleia Municipal. Reconheceu que era legítimo existirem diferenças de opinião e de prioridades políticas entre as diversas forças representadas, mas defendeu que essas divergências deveriam ser expressas com respeito institucional e consideração pelo trabalho desenvolvido por todos os eleitos.----------

----------Referiu que, contrariamente à expressão anteriormente utilizada de que o relatório de atividades e da situação financeira do Município constituía motivo de alarme, discorda, pois considera ser um motivo de orgulho, em virtude do elevado volume de investimento que o Município estava a concretizar na área da educação. Destes, destacou a requalificação da Escola Básica da Torreira, correspondente a um investimento de cerca de 2.000.000€, permitindo dotar o estabelecimento de novas condições para o Jardim de Infância e para o 1.º ciclo do ensino básico, beneficiando um número significativo de alunos do concelho. Referiu igualmente a intervenção no Jardim de Infância de Real, que proporcionará melhores condições de conforto às crianças, bem como a empreitada do Centro Escolar da Lomba/Cepelos, já consignada, representando igualmente um investimento superior a 2.000.000€. Recordou ainda os investimentos em curso na construção de creches, no valor aproximado de 3.000.000€, salientando que, somados aos restantes investimentos na área da educação, representavam um esforço financeiro muito significativo por parte do Município. Referiu que a maioria destas intervenções já se encontrava em execução e com um bom nível de desenvolvimento, considerando que estes investimentos constituíam motivo de orgulho por permitirem proporcionar melhores condições e maior dignidade às crianças e à comunidade educativa. ----------

----------Acrescentou que, para além das grandes empreitadas, o Município continua igualmente a realizar investimentos de menor dimensão, referindo, a título de exemplo, a requalificação da Escola Básica de Fridão que incluiu intervenções na

cobertura, isolamento térmico exterior, caixilharias e outras obras, encontrando-se ainda previsto um procedimento para a realização de trabalhos no interior do edifício. Questionou se a Senhora deputada Scheila Cavallaro teve conhecimento desta reabilitação ou se apenas repara nessa realidade aquando da campanha eleitoral. --

----------Informou ainda que, naquele mesmo dia, despachou procedimentos relativos a intervenções em diversos estabelecimentos de ensino, designadamente, das escolas de Salvador do Monte, de Chedas, de Vilarinho e de outros edifícios utilizados ao abrigo de contratos de comodato, reafirmando o compromisso do Município com a melhoria contínua das infraestruturas educativas. ----------

----------Por último, referiu que se encontrava igualmente prevista uma intervenção no pavilhão gimnodesportivo da Escola Teixeira de Pascoaes, lamentando, contudo, que a empresa adjudicatária da empreitada ainda não tivesse iniciado os respetivos trabalhos.----------

----------Destacou outros investimentos em curso no concelho, realçando a requalificação da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, informando que o procedimento concursal já havia sido lançado, as propostas abertas e que se aguardava o início da empreitada, considerando tratar-se de uma intervenção consensualmente reconhecida como necessária para valorizar aquele equipamento.

----------Informou igualmente que se encontrava em execução a intervenção na fachada do edifício dos Paços do Concelho, destinada à sua requalificação e valorização.----------

----------Acrescentou que estava prevista, até ao final do mês, a abertura do procedimento concursal para a requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes, bem como para a construção de um muro junto ao Tribunal, intervenção que permitirá criar cerca de trinta e sete novos lugares de estacionamento. ----------

----------Recordou ainda o lançamento da empreitada de requalificação da Estrada Municipal 312, num investimento de cerca de 1.500.000€, salientando a importância da obra para a melhoria da mobilidade e da ligação entre as freguesias e a cidade. -

----------Referiu que o Município se encontrava também a preparar o lançamento da empreitada para construção de uma rotunda junto à saída da A4, na zona do Formão, destinada a melhorar a circulação, em especial, para os transportes públicos, bem como o futuro lançamento do concurso para a intervenção no Parque Florestal. -----

----------Informou que, na sequência de uma reunião realizada com a Infraestruturas de Portugal na sexta-feira anterior, foram abordados diversos assuntos, entre os quais o melhoramento de um parque de estacionamento junto à estação ferroviária de Vila Meã, a situação da EN15 em Candemil, o acesso ao Hospital de Amarante, a melhoria

da entrada de Vila Garcia e o acesso à zona industrial de Madriane. Esclareceu que a proposta de construção de uma nova rotunda de acesso ao Hospital não foi acolhida pela Infraestruturas de Portugal, mantendo-se, contudo, a necessidade de melhorar os restantes acessos na entrada de Vila Garcia. ----------

----------Referiu ainda que havia sido lançado o concurso para a requalificação do Cemitério Municipal, com um valor base de cerca de 407.000€, contemplando a reabilitação geral daquele espaço e a criação de aproximadamente cento e sessenta novas sepulturas. ----------

----------Reiterou que, na política, é legítimo existirem diferentes perspetivas, mas defendeu que o debate deveria pautar-se pelo respeito e consideração entre todos os intervenientes, reafirmando a disponibilidade do executivo municipal para acolher sugestões e corrigir situações que careçam de melhoria. ----------

----------No que respeita ao atendimento aos munícipes, reconheceu que diversos fatores poderiam influenciar a procura daquele serviço, manifestando, contudo, a convicção de que a melhoria do funcionamento dos serviços municipais contribuiria, no futuro, para reduzir a necessidade de atendimentos presenciais. A este propósito, salientou as medidas adotadas na área do urbanismo, recordando que o Município promoveu uma iniciativa pública destinada a identificar processos de licenciamento pendentes há mais de quatro meses, convidando os munícipes a contactar diretamente os serviços municipais para análise da respetiva situação. Considerou que esta iniciativa constituía um exemplo da política de proximidade e transparência prosseguida pelo Município. ----------

----------Informou igualmente que havia sido lançado o concurso para a execução do mural, junto à rotunda de acesso ao colégio. ----------

----------Relativamente à situação da EN15, em Candemil, dirigiu-se à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Candemil para informar que a Infraestruturas de Portugal rejeitou tecnicamente a solução que previa a escavação do talude, devido às características do subsolo. Esclareceu que a solução que está a ser estudada, consiste numa intervenção estrutural profunda e complexa, tendo sido indicado pela entidade responsável que a conclusão da obra apenas seria previsível no início do ano seguinte. Informou ainda que o Município iria solicitar uma reunião com a Infraestruturas de Portugal, com o objetivo de procurar acelerar o desenvolvimento daquele processo.

----------Acrescentou que compreendia os transtornos causados pela situação, mas salientou que empreitadas desta natureza implicam procedimentos técnicos e administrativos morosos, exemplificando com intervenções municipais igualmente afetadas pelos prazos de elaboração de projetos, lançamento de concursos e execução

das obras, designadamente o Trilho de Nossa Senhora do Vau, o muro de Pepim, em Lufrei, com um investimento de cerca de 140.000€, e o muro da Lomba, cujos procedimentos também se encontravam em curso. ----------

----------Referiu ainda que situações semelhantes ocorriam noutras entidades, mencionando a intervenção promovida pela concessionária BRISA na zona das portagens, cuja conclusão apenas estava prevista para o outono, apesar de já ter sido executada uma primeira intervenção destinada a eliminar o risco iminente. ----------

----------Informou que, na sequência da reunião realizada, o Município contactou a responsável pelos Cuidados de Saúde Primários da Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, tendo sido equacionada a possibilidade de concentrar, em determinados dias, as consultas destinadas aos utentes da zona mais afetada pelos constrangimentos de circulação. ----------

----------Por fim, dirigiu-se à Senhora deputada Scheila Cavallaro, reiterando a sua disponibilidade para a receber em audiência, informando que, de acordo com a disponibilidade à data, poderia recebê-la no próximo dia 29 de julho. ----------

----------Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. ----------

**--------- 2. Estratégia Municipal de Educação Ambiental do Município de Amarante** – (Registo n.º 3862/2026/05/12). ----------

----------**O Senhor deputado Filipe Macedo, do Grupo Político Municipal do CDS,** proferiu a seguinte intervenção: ----------

----------"O documento que hoje discutimos, denominado Estratégia Municipal de Educação Ambiental do Município de Amarante, representa um marco na maturidade política e na gestão do território de Amarante. ----------

----------Aprovada por unanimidade em sede de Câmara, a Estratégia Municipal de Educação Ambiental não é um manifesto de intenções abstratas; é um guião executivo, pragmático e estruturado para produzir efeitos imediatos no terreno. ----

----------Como o Grupo Municipal do CDS-PP sempre defendeu, as políticas públicas de ambiente não se devem guiar pelo preconceito ideológico ou pelo alarmismo radical, mas sim pelo equilíbrio entre a preservação natural e o desenvolvimento das comunidades. ----------

----------É essa ecologia humanista e assente em resultados que encontramos nas linhas desta estratégia. Ao colocar o Rio Tâmega e as nossas Serras do Marão e da Aboboreira no centro do planeamento, este executivo demonstra que conhece a identidade profunda de Amarante e sabe como valorizá-la. ----------

----------O rigor técnico e o alinhamento deste plano com os mais exigentes referenciais nacionais e europeus atestam a qualidade da liderança política à frente do pelouro do Ambiente. Estamos perante um trabalho que projeta o concelho para a vanguarda da sustentabilidade, mas que o faz com os pés bem assentes na terra. Isso é visível na descentralização das ações pelas freguesias, na criação de ferramentas práticas de economia rural como a feira "Saberes e Sabores", e na proteção ativa da biodiversidade através de projetos consolidados na nossa Colmeia do Marão. -------

----------Mais do que planear, este pelouro soube calendarizar e executar. O programa "Laboratório de Ecocidadania", já desenhado para o próximo ano letivo no primeiro ciclo, e o envolvimento da nossa Universidade Sénior provam que a estratégia abrange toda a sociedade, sem deixar ninguém para trás. ----------

----------Sras. e Srs. Deputados, a eficácia desta governação local mede-se pela capacidade de apresentar soluções transversais, juridicamente blindadas e que geram consenso alargado. O pelouro do Ambiente cumpre hoje essa premissa de forma exemplar. Pelo futuro de Amarante, pelo pragmatismo e pela valorização do nosso território, o voto do CDS-PP é, convictamente, favorável."----------

----------A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea h), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a Estratégia Municipal de Educação Ambiental do Município de Amarante.----------

----------Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

----------A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal.----------

----------**3. Permuta de terreno na Freguesia de Vila Caiz** – (Registo n.º 10746/2026/05/14).----------

----------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a permuta de terreno, atual troço de parte da via que integra o domínio público municipal, com uma parcela de terreno de propriedade privada, melhor identificadas no respetivo processo. ----------

----------Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

----------A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal.----------

----------**4. Contratos de cooperação com Juntas de Freguesia Figueiró (Santiago e Santa Cristina) e Gouveia (São Simão) | 2026** – (Registo n.º 3112/2026/04/15). ----------

----------A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, deliberou, por unanimidade, aprovar o reforço e a outorga dos contratos de cooperação com Juntas de Freguesia Figueiró (Santiago e Santa Cristina) e Gouveia (São Simão). ----------

----------Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

----------A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

----------**5. Nomeação de auditor externo responsável pela certificação das contas do Município de Amarante, para os anos de 2026, 2027 e 2028** – (Registo n.º 4191/2026/02/25). ----------

----------A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nomear a sociedade Anjos & Associados - ROC, Lda. como auditor externo responsável pela certificação das contas do Município de Amarante, para os anos de 2026, 2027 e 2028, condicionada à ratificação pela Câmara Municipal do despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 18 de junho de 2026. ----------

----------Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

----------A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Estavam presentes na sala 52 membros que compunham esta sessão da Assembleia Municipal. ----------

----------**6. Apreciação do parecer jurídico da CCDR-N, relativo à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no período de antes da ordem do dia, referente ao n.º 2 do artigo 26.º do regimento da Assembleia Municipal** – Proposta subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista – (Registo n.º 13434/2026/06/16). ----------

----------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o assunto em apreciação dizia respeito ao n.º 2 do artigo 26.º do Regimento da Assembleia Municipal, o qual estabelece que a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal é efetuada uma única vez, no final da discussão. Recordou que esta norma já havia suscitado alguma controvérsia aquando da aprovação do Regimento, na sessão ordinária n.º 2, de 27.12.2025, o qual foi aprovado por maioria, com 33 votos a favor

(dos grupos municipais do CDS-PP, do Chega, do PSD e do grupo de cidadãos eleitores "Juntos por Ansiães"), 17 abstenções (dos membros do grupo municipal do PS) e sem votos contra. Acrescentou que a questão voltara posteriormente a ser suscitada pelo Senhor deputado Fernando Sampaio, Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, tendo sido solicitado, numa primeira fase, parecer aos serviços jurídicos do Município e, posteriormente, por iniciativa daquele Deputado, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), esclarecendo, contudo, que o parecer emitido por esta entidade não tinha caráter vinculativo. Informou ainda que o Senhor deputado Fernando Sampaio havia solicitado o agendamento deste ponto na reunião de líderes, indicando expressamente que o objetivo não era proceder à sua votação, mas apenas promover o respetivo esclarecimento. ----------

----------**O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Municipal do Partido Socialista** proferiu a seguinte intervenção: ----------

----------"Em sessão realizada em dezembro de 2025, esta Assembleia aprovou o seu Regimento, tendo o grupo municipal do partido socialista optado por abster-se na sua votação em virtude da maioria PSD/CDS-PP ter decidido manter, com o seu voto, a redação do n.º 2 do artigo 26.º, interpretando-a como concedendo ao Senhor Presidente da Câmara a faculdade de encerrar com a sua intervenção o período de antes da ordem do dia, mesmo antes de esgotado o tempo de intervenção legal e regimentar dos membros da Assembleia. ----------

----------Respeitando o voto da maioria, mas não se conformando com ele, o grupo municipal do partido socialista requereu ao Senhor Presidente que, com os fundamentos por si expostos, fosse solicitado parecer à CCDR-N sobre a coerência interna do Regimento, e, concomitantemente, sobre a sua validade legal e a democraticidade do referido n.º 2 do artigo 26º. ----------

----------Tivemos conhecimento por informação do Sr. Presidente, aquando da realização da conferência de representantes a 17 de abril, que esse parecer, decorridos quatro meses, havia finalmente sido obtido. ----------

----------Por razões que desconhecemos, mas certamente justificadas, não foram prestados e remetidos ao Presidente da Comissão Política Concelhia do PS – Amarante os esclarecimentos e documentos por si oportunamente solicitados, sobre o assunto, e só a poucas horas da realização da sessão anterior desta Assembleia tivemos, finalmente, acesso ao documento, facto que inviabilizou a sua apreciação mais oportuna com o rigor e seriedade que o assunto merece. Esta questão já foi abordada na última sessão, efetivamente, o acesso foi colocado na parte de tarde do dia

anterior, com uma informação que não se sabia que se tratava do parecer da CCDR-N. Não havia nenhuma referência a dizer que se tratava deste parecer. ----------

----------Fazemo-lo hoje, começando por sublinhar que registamos com agrado o facto de, no essencial, o parecer da CCDR-N suportar, com fundamentação legal, o entendimento que então expressamos: isto é, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara pode ocorrer, por opção regimental, no período de antes da ordem do dia, apenas no final das intervenções dos diferentes grupos municipais, mas não encerra esse período, nem o debate que nele se possa suscitar, se ainda existir tempo regimental para isso. ----------

----------Em conclusão, diz a CCDR nos pontos 3 e 3.1, que passo a citar: ----------

----------"Parece-nos que se encontra dentro da margem decisória do órgão deliberativo, no exercício deste poder regimentar, fixar que os esclarecimentos que sejam dirigidos à câmara municipal durante o 'período de antes da ordem do dia', ao abrigo da competência do órgão deliberativo fixada na alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL, são prestados pelo presidente do órgão executivo, no exercício da competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 35.º do RJAL, numa única intervenção e no final do período em causa". ----------

----------"Se desses esclarecimentos surgir a necessidade da prestação de esclarecimentos complementares, consideramos que os membros da assembleia municipal os poderão solicitar ao abrigo do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL, em momento posterior ou no próprio momento por interpelação à mesa, caso ainda seja viável em virtude dos tempos de intervenção disponíveis para intervenções neste período das sessões. Quando assim acontecer e caso se verifique que o tempo regimental de intervenção da câmara municipal no 'período de antes da ordem do dia' ainda não se esgotou, então parece-nos que nada obstará a que o presidente do órgão executivo preste esses esclarecimentos complementares". -----

----------Senhor Presidente, o parecer da CCDR não é vinculativo, mas é um parecer institucional, fundamentado na lei e a lei é vinculativa. ----------

----------A CCDR deixou claro que não se pode confundir a competência da assembleia para fixar o modo de intervenção do Senhor Presidente da Câmara no período de antes da ordem do dia, nomeadamente fixando que responde numa única intervenção a todas as questões que lhe tenham sido colocadas, com a possibilidade de determinar que essa intervenção encerra esse período, caso ainda não tenha sido esgotado o respetivo tempo regimentar. ----------

----------E não, Senhor Presidente e demais membros desta Assembleia, esta não é uma questão de menor importância! ----------

----------Está em causa o funcionamento democrático do órgão Assembleia Municipal e o exercício pleno das competências de apreciação e fiscalização que lhe são atribuídas pelo artigo 25.º do RJAL, como bem lembra a CCDR, nomeadamente a de "Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores". ----------

----------Nestes termos, o Senhor Presidente não pode, sob pena de incumprir a lei, negar a palavra a qualquer membro da assembleia que a solicite no período de antes da ordem do dia, nomeadamente impedindo-o de interpelar o Senhor Presidente da Câmara sobre os esclarecimentos por si prestados, ou mesmo abordar novas questões, se este dispuser de tempo regimentar para isso, nem negar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder, se a câmara ainda dispuser de tempo regimental. ----------

----------De resto, a CCDR reforça ainda este entendimento no ponto 4 das suas conclusões, ao defender que ao presidente da câmara assiste o direito de participar nos debates da assembleia, e vou citar, "ainda que ocorram no período de antes da ordem do dia", considerando, nestes termos, que os nºs 1 e 2 do artigo 26.º do nosso regimento não podem ser interpretados e aplicados no sentido de impedir essa participação, já que, considera a CCDR, evocando o n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, "o legislador, quando consagrou o direito de o presidente da câmara municipal poder intervir nos debates que tenham lugar na assembleia municipal, não distinguiu se esse direito se aplicava apenas durante o período da ordem do dia". ---

----------Senhor Presidente e caros colegas membros desta Assembleia, permitam-me que, em retrospetiva, lembre o seguinte: no exercício responsável do seu mandato autárquico, o grupo municipal do partido socialista propôs, de resto em consonância com objetivos da ANAM, a realização de até cinco sessões temáticas anuais dedicadas a assuntos de relevante interesse público, como o ambiente, educação, saúde, juventude, cultura e mobilidade, entre outros, e propôs a transmissão, em direto, através do site oficial do município, de todas as sessões desta assembleia, prática cada vez mais frequente nos municípios portugueses. ----------

----------Estas propostas foram rejeitadas pela maioria PSD/CDS-PP, apesar de, construtivamente, visarem a melhoria do desempenho dos órgãos autárquicos: ajudando a identificar problemas e encontrar soluções, objetivos das sessões temáticas; e promovendo a transparência da ação municipal e o envolvimento dos cidadãos na vida autárquica, objetivos da transmissão direta das sessões municipais.

----------Senhor Presidente e caros colegas, a maioria não está obrigada a aprovar as propostas da oposição, nem que seja pela simples afirmação do poder que democraticamente lhe foi conferido, mas comete um erro político grave, que não podemos deixar de denunciar, quando, intencionalmente ou não, cria constrangimentos regulamentares ao debate de ideias, como resulta da interpretação e aplicação que vem sendo feita do n.º 2 do artigo 26.º do Regimento. ----------
----------Juridicamente pode até haver interpretações para todos os gostos. Eu acedi a uma que diz que, sendo o tempo atribuído por grupo municipal, o grupo tem total autonomia para falar e voltar a falar depois de ouvido o Senhor Presidente da Câmara.
----------Mas a questão aqui é muito mais política que jurídica. ----------
----------Porquê ter medo do debate democrático? ----------
----------Diz o provérbio popular que "da discussão nasce a luz e da controvérsia a verdade". O debate de ideias é a essência e a grande mais-valia da democracia. Nós, que fomos democraticamente eleitos, não podemos negar a nossa fonte de legitimidade. ----------
----------O Senhor Presidente da Câmara já evidenciou que tem capacidade para intervir, com qualidade reconhecida, em qualquer debate. Não precisa ser protegido por disposições regulamentares castradoras da sua intervenção política e dos membros deste órgão municipal. ----------
----------Termino, Senhor Presidente, dirigindo-me a todos os membros desta Assembleia com uma proposta muito clara e de aplicação imediata, sem mais controvérsias desnecessárias, se for essa a vontade da maioria: ----------
---------- - que doravante não se interprete mais o n.º 2 do artigo 26.º do Regimento como significando que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, encerra automaticamente o período de antes da ordem do dia, no momento em que ocorra, independentemente de se ter esgotado ou não o respetivo tempo regimental. -------
----------Obrigado."----------
----------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o parecer da CCDR-N deu entrada na Câmara Municipal no dia 17 de abril. Referiu que, nesse dia, recebeu um e-mail do Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista a solicitar informação sobre o estado do processo, tendo o parecer sido remetido aos serviços jurídicos do Município para análise, seguindo a tramitação administrativa habitual, circunstância que, segundo afirmou, já havia sido explicada ao Senhor deputado Fernando Sampaio, na conferência de representantes. Acrescentou que o parecer foi disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal, no dia anterior à realização da sessão de 29 de abril. Recordou ainda que, na última

reunião da conferência de representantes, o Senhor deputado Fernando Sampaio suscitou a questão e solicitou o respetivo agendamento, comprometendo-se a remeter previamente os fundamentos da sua posição. Referiu, contudo, que esses elementos apenas foram disponibilizados no próprio dia da sessão, pelo que os restantes membros da Assembleia Municipal não tiveram oportunidade de conhecer antecipadamente os argumentos apresentados, salientando que a democracia tem que ser igual para todos. Acrescentou que, da intervenção do Senhor deputado Fernando Sampaio, parecia resultar a ideia de que poderia ter existido alguma atitude menos correta da parte da Mesa da Assembleia Municipal, o que rejeitou. Esclareceu que o parecer da CCDR-N não foi enviado apenas ao Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, mas sim disponibilizado a todos os membros da Assembleia Municipal através da plataforma eletrónica, permitindo o seu acesso em igualdade de circunstâncias. Recordou ainda que o Senhor deputado Fernando Sampaio havia referido, na conferência de representantes, que o assunto seria apenas objeto de esclarecimento e não de votação, considerando que a posição por este apresentada ficou devidamente explicitada. Concluiu reafirmando que a sua função consistia em cumprir o Regimento aprovado pela Assembleia Municipal, afirmando que cumpre aquilo que a Assembleia Municipal determinar. ----------

----------**A Senhora deputada Amélia Oliveira** proferiu a seguinte intervenção: --

----------"Começo por dizer que o Senhor deputado Fernando Sampaio aproveitou este ponto para evocar as sessões temáticas. Coloco esta questão: sabe quando custa ao erário público cada sessão da Assembleia Municipal? ----------

----------Disse que o PSD tem medo do debate político. Senhor deputado Fernando Sampaio, o grupo Municipal do PSD não tem, nunca teve, e nunca terá, medo de debater politicamente, seja o que for ou seja com quem for. ----------

----------Quanto ao ponto em discussão, no que a este assunto concerne, e por brevidade, damos por integralmente reproduzidas as intervenções vertidas nas atas das anteriores reuniões ordinárias desta Assembleia e o parecer jurídico junto às mesmas.----------

----------Não está atribuída competência às CCDR para apreciarem a legalidade das normas constantes dos regimentos. A apreciação da legalidade dessas normas cabe, em exclusivo, aos Tribunais Administrativos e Fiscais. ----------

----------Além disso, o documento que o Partido Socialista pretende analisar nem sequer é um parecer. É uma opinião conforme vertido na conclusão de tal documento e que passo a citar: "Não compete às CCDR fazerem apreciações sobre a legalidade da prática de atos ou sobre normas de instrumentos regulamentares das autarquias

locais, pelo que, o presente parecer é emitido com carácter meramente opinativo (…)". ----------

----------Cumpre, ainda, esclarecer o seguinte: ----------

----------A Assembleia Municipal é um órgão administrativo colegial. Como tal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Código do Procedimento Administrativo, tem poderes para regular o seu funcionamento através de regimentos. Estes poderes são inerentes, ou seja, são faculdades jurídicas que o nosso ordenamento jurídico lhes atribui. Isto, aliás, conforme é entendimento e posição dominante da doutrina nacional, plasmada em parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral de República. ----------

----------Por consequência, e sem mais delongas, é competência desta Assembleia determinar o modo como se organiza e funciona e, para o efeito, aprovar o seu regimento conforme previsto no n.º 1 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. ----------

----------E o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deve cumprir o regimento em vigor, pois foi este que foi aprovado por esta Assembleia. ----------

----------Se o Partido Socialista entende que há alguma irregularidade deve recorrer aos Tribunais." ----------

----------**O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Municipal do Partido Socialista** referiu que as questões suscitadas pela Senhora deputada Amélia Oliveira já haviam sido respondidas na sua intervenção anterior, pelo que não considerava necessário repeti-las, reconhecendo, contudo, que existiam posições diferentes sobre a matéria e que essas divergências deveriam ser respeitadas. Acrescentou que, embora estivesse convicto de que, do ponto de vista jurídico, um eventual recurso aos tribunais poderia dar razão à posição defendida pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, entendia que a questão em discussão era, acima de tudo, de natureza política e respeitava à forma de privilegiar o debate democrático e de criar melhores condições para o seu exercício. Afirmou que não estava em causa o funcionamento democrático da Assembleia Municipal, nem pretendia colocar em causa a atuação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, cuja capacidade de intervenção e participação nos debates era reconhecia. Sustentou, contudo, que seria possível introduzir melhorias no funcionamento deste órgão, reforçando a qualidade do debate democrático e proporcionando um maior nível de participação. Concluiu referindo que o seu propósito visa contribuir para a criação de condições que permitissem potenciar o debate democrático e gerar sinergias positivas entre os

membros da Assembleia Municipal, em benefício daquele órgão e do concelho de Amarante. ----------

----------**O Senhor deputado Filipe Macedo, do Grupo Político Municipal do CDS** em resposta à intervenção do Senhor deputado Fernando Sampaio, relativamente às sessões temáticas, recordou que em dezembro havia desafiado o Grupo Municipal do Partido Socialista a promover esse tipo de sessões. Referiu que o Regimento da Assembleia Municipal prevê a realização de sessões extraordinárias, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista dispunha da possibilidade de requerer a sua convocação. Acrescentou que gostaria de conhecer quais os temas concretos que aquele Grupo Municipal pretendia ver debatidos nessas sessões temáticas. -----

----------De seguida, proferiu a seguinte intervenção: ----------

----------"A bancada do CDS-PP analisou com a devida atenção o parecer da CCDR-N relativo ao funcionamento dos nossos trabalhos. E aquilo que este documento nos demonstra, de forma muito clara e técnica, é que as regras que definimos para o nosso Regimento são plenamente legais e respeitam a autonomia desta casa. ------

----------No entanto, mais do que debater as conclusões jurídicas, importa fazermos uma reflexão sobre a utilidade do tempo que passamos nesta Assembleia. Andámos meses focados numa discussão interna sobre regras de intervenção e minudências regimentais, num esforço burocrático que, na verdade, pouco ou nada acrescenta a vida de quem nos elegeu. ----------

----------Sr. Presidente, cada minuto que gastamos nestes labirintos de secretaria é um minuto que subtraímos ao debate daquilo que realmente importa. ----------

----------Os cidadãos de Amarante não ganham nada com as nossas discussões sobre quem fala em que momento; ganham, sim, quando usamos a nossa energia para resolver os seus problemas reais.----------

----------O nosso papel de deputados municipais, é fiscalizar com eficácia, propor soluções para o território, potenciar o desenvolvimento local e apoiar as nossas comunidades e instituições. É aí que reside a nossa verdadeira utilidade pública. ---

----------Por isso, o apelo que a bancada do CDS deixa hoje, em especial ao Partido Socialista, é que saibamos virar a página destas questões de funcionamento. Que este parecer sirva para arrumar definitivamente o assunto e que possamos, todos juntos, concentrar o nosso foco, o nosso trabalho e as nossas intervenções nos problemas estruturais e nas aspirações concretas dos amarantinos. ----------

----------E para isso que cá estamos e é isso que se espera de nós." ----------

----------**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Municipal do PSD** começou por referir que respeita as convicções e persistência do Senhor deputado

Fernando Sampaio, considerando, contudo, que a vontade da maioria constituía um dos pilares fundamentais da democracia e deveria ser respeitada. Recordou que o Regimento da Assembleia Municipal foi aprovado em dezembro passado, sem votos contra e que na mesma sessão, foi rejeitada uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e que o assunto voltou a ser discutido na sessão de abril, entendendo que a Assembleia já se pronunciara diversas vezes sobre a matéria. Referiu, com base na sua experiência enquanto vereador da oposição, que, por diversas vezes, defendeu posições que acabaram por ser vencidas em votação, tendo sempre respeitado as deliberações da maioria, mesmo quando discordava das mesmas ou considerava que poderiam existir dúvidas quanto à sua legalidade. Acrescentou que, nessas situações, existiam sempre mecanismos próprios para reagir às decisões tomadas. Considerou que o Grupo Municipal do Partido Socialista tinha utilizado um desses mecanismos ao apresentar uma proposta de alteração ao Regimento, podendo, caso o entendesse, apresentar nova proposta ou recorrer aos tribunais para apreciação da questão, comprometendo-se todos a acatar a decisão que viesse a ser proferida. Acrescentou que a matéria em discussão não se encontrava sujeita a reserva de lei, inserindo-se antes no âmbito da autonomia regulamentar da Assembleia Municipal, pelo que competia a este órgão aprovar o respetivo Regimento. Sustentou ainda que não existia uma norma legal específica que regulasse a questão em apreço, entendendo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal estava vinculado ao cumprimento do Regimento em vigor, o qual apenas poderia deixar de aplicar caso viesse a ser alterado pelo próprio órgão ou por decisão judicial. Concluiu considerando que o assunto já havia sido amplamente debatido, reiterando o respeito pelas posições defendidas, mas entendendo que a Assembleia Municipal deveria que o Grupo Municipal do Partido Socialista deveria concentrar-se em matérias de maior relevância para o concelho. ----------

----------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** considerou que a questão se encontrava suficientemente esclarecida. Referiu que, caso o Grupo Municipal do Partido Socialista assim o entendesse, poderia agendar novamente o assunto para a sessão de setembro, submetendo uma eventual proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Reiterou que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, estava vinculado ao cumprimento do Regimento aprovado por aquele órgão, considerando que, agir em sentido diverso não seria compatível com os princípios democráticos, uma vez que o Regimento resultara de uma deliberação da maioria da Assembleia Municipal. ----------

----------Este assunto foi presente a reunião, somente para esclarecimentos, não havendo lugar a deliberação.----------

----------**7. Alteração ao Mapa de Pessoal para previsão de um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Serviço Social** – (Registo n.º 4935/2026/06/18). ----------

----------A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a alteração do mapa de pessoal, para criação de um posto de trabalho de técnico superior na área de Serviço Social, condicionada à ratificação pela Câmara Municipal do despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 18 de junho de 2026. ----

----------Esta deliberação foi tomada com 34 votos a favor, dos grupos municipais do CDS-PP, do Chega, do PSD e do grupo de cidadãos eleitores "Juntos por Ansiães", e 17 abstenções dos membros do PS. Encontravam-se presentes 51 dos 52 membros que compõem a Assembleia Municipal, porque a Senhora deputada Ana Carvalho estava ausente. ----------

----------A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes 51 dos 52 membros que compõem a Assembleia Municipal. ----------

----------**8. Plano de Urbanização da Cidade de Amarante** – Planta de Qualificação Funcional – (Registo n.º 3327/2026/04/23) - Para conhecimento. ------

----------Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.----------

---------**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe transmitiu que estava disponível para fazer uma apresentação da versão mais recente do projeto de requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes. Questionou os membros da Assembleia Municipal sobre o interesse em assistir à respetiva apresentação, indicando que, caso existisse concordância, a mesma seria exibida. Após concordância dos membros da Assembleia Municipal, a apresentação foi exibida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, que deu conhecimento da versão mais recente do projeto de requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes, tendo apresentado a versão final, que servirá de base ao lançamento do respetivo concurso público. Esclareceu que esta versão ainda não tinha sido apresentada à Assembleia Municipal, tendo apenas sido dada a conhecer em reunião pública da Câmara Municipal, realizada a 02.06.2026, na qual esteve presente o autor do projeto, o Arquiteto Souto Moura. ----------

---------Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e cinquenta e dois minutos. ----------

---------Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 25.09.2026, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **Pedro Leonel Dias Marques da Cunha**
Num. de Identificação: 02445365
Data: 2026.10.26 16:28:51+00'00'

O Primeiro Secretário

Assinado por: **Carlos Marques da Silva Macedo**
Num. de Identificação: 02716796
Data: 2026.10.23 14:50:46+01'00'

O Segundo Secretário

Assinado por: **Alberto Joaquim Alves Ribeiro**
Num. de Identificação: 11538578
Data: 2026.10.21 18:31:18+01'00'

CHAVE MÓVEL